

Toffoli solta corruptos mas mantém acusado de furto R\$ 10 preso

1

REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

HORA
DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.646 4 e 5 de Julho de 2018

★

★

★

★

★

Inimigo da Lava Jato livrou Dirceu e Genu e ferrou morador de rua

O espantoso caso em que Dias Toffoli (que, como ministro do STF, não deixou de ser advogado de Lula) recusou um habeas corpus a um morador de rua - condenado a um ano e 7 meses por furto de R\$ 10 (dez reais), devolvida

à loja sem danos -, tornou-se o caso jurídico do momento. No mesmo mês, Toffoli concedeu um “habeas corpus de ofício” (não solicitado pela defesa do réu) para soltar José Dirceu, condenado a 30 anos por receber R\$ 15 milhões em propinas, lavar mais de R\$ 10 milhões e pertencer a uma quadrilha. **P. 3**



México
Obrador: “Minha principal missão vai ser erradicar a corrupção e a impunidade”
Um profundo repúdio à corrupção e ao assalto ao patrimônio público foi decisivo para a larga vitória de López Obrador, com 53% dos votantes, nas eleições presidenciais do México, onde a votação ocorre em um turno. Para o presidente eleito, em vez de crescimento econômico, “o que cresceu foi a corrupção, a entrega do nosso patrimônio, a pobreza, o crime e a violência”. Já Antonio Meade, o Lula do México, denunciado por prejudicar a Pemex e favorecer a Odebrecht, ficou 16 milhões de votos atrás de Obrador. **P. 6**

Ildo lança alerta: “a Petrobrás está sendo privatizada”

“Há uma privatização explícita da Petrobrás e ninguém vê, porque é tudo mistificado. Privatizaram 3.000 quilômetros de gasodutos e as pessoas não sabem. Entregaram o campo de Carcará, por menos de US\$ 2 o barril”, denunciou o professor Ildo Sauer. **P. 2**

ANS autoriza plano de saúde cobrar exames

A Agência Nacional de Saúde Suplementar resolveu autorizar as operadoras de saúde a cobrem dos usuários até 40% no valor dos procedimentos, como exames e internações, e chamou isso de “coparticipação”. **P. 4**

Em carta, Lula considera pouco assalto de 6 bilhões à Petrobrás

Na carta que Lula mandou da prisão - onde se encontra cumprindo pena de 12 anos e um mês, em regime fechado, por corrupção e lavagem de dinheiro - ele minimiza o roubo

- que agora, ele teve que admitir que existiu - de 6 bilhões de reais com a estatal. Segundo ele, “o prejuízo causado pelo ‘plano de desinvestimento’ (que aliás começou com Alde-

mir Bendine, na gestão de Dilma) é dezenas de vezes maior que os alegados R\$ 6 bilhões que teriam sido desviados nos casos investigados pela Lava Jato”. A outra afirmação en-

ganosa do petista é a de que a Lei Serra (Projeto de Lei do Senado PLS 131/2015), que escancarou o pré-sal para as multinacionais, foi aprovada no governo “golpista” de

Temer. Mentira. A Lei Serra não foi aprovada no governo Temer. Ela foi aprovada em 24 de fevereiro de 2016, em pleno governo Dilma, a sua pupila. **Página 3**

Lucas Figueiredo - CBF



Brasil se agiganta e está nas quartas!

O Brasil passou por mais uma barreira em busca do hexa ao vencer a seleção do México nesta quarta-feira, 2, na partida das oitavas de final da Copa do Mundo, na

Rússia. Com dois gols, um de Neymar e o outro de Firmino, a seleção Canarinho garantiu a classificação para as quartas de final, quando enfrentará a Bélgica. Entre os destaques,

Willian, Firmino e Neymar, que superou as várias faltas sofridas e criou as condições para furar a defesa mexicana. O craque foi eleito o melhor jogador em campo na partida

e também chegou à marca de 57 gols com a camisa do Brasil. Com isso, passou a ser o quarto maior artilheiro da seleção, atrás apenas de Pelé, Ronaldo e Zico. “Não quero

que seja a Copa do Neymar, quero que seja a Copa do Brasil. O coletivo vem à frente do individual. Vim de meses sofridos por conta da lesão”, disse após o jogo. **Página 6**

CNI: indicadores da indústria desabam

Os indicadores industriais do mês de maio, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foram desastrosos.

O faturamento real da indústria no país desabou 16,7% em maio na comparação com abril, descontados os efeitos sazonais, o pior resultado da série histórica, e recuou 13,8% frente a maio de 2017.

Para a CNI, o primeiro trimestre “evidenciou que a indústria encontra-se em dificuldades” para fazer frente à campanha promovida por Michel Temer de que há uma certa “recuperação da economia”.

Com a produção industrial patinando no fundo do poço, em janeiro -2,4%; em fevereiro +0,2%; em março -0,1%, e em abril +0,8%, não há faturamento que resiste.

Mas, segundo a entidade, em que pese o mês de abril apresentar “bons resultados”, a culpa do desastre é da “paralisação dos transportes”, dos caminhoneiros.

O mês de abril, comemorado pela CNI, registrou um variação de apenas 0,8% na produção industrial em relação a março. Mas, para o do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o resultado se baseou no “feito calendário”.

Segundo Rafael Cagnin, economista-chefe do IEDI, abril deste ano teve três dias úteis a mais que no ano passado, “algo incomum”. Para ele, a recuperação da produção industrial continua lenta e irregular, além disso, a variação de +0,8% em abril foi muito influenciada pela produção sucroalcooleira. “Foi a primeira vez no ano em que a indústria mostrou uma reação substancial, mas novamente com metade dos setores em alta, metade em queda. Esse jogo dividido tem sido constante. Raramente o placar é mais para o lado favorável”.

Responsabilizar, mais uma vez, a paralisação dos caminhoneiros, que só fizeram alertar o governo e o setor produtivo o quanto danosa é, para a economia nacional e a população do país, a política de reajustes diários nos preços dos combustíveis, é tapar o sol com a peneira.

A greve, que contou com o apoio da grande maioria da população, durou 11 dias por irresponsabilidade e intransigência do governo federal, que demorou a receber as lideranças e até hoje não atendeu a todas as reivindicações prometidas à categoria para o fim da greve. Justas reivindicações como a redução do preço do diesel e o preço mínimo para o frete, que vem sendo boicotado por alguns setores como o agronegócio, contribuindo assim para o agravamento da crise.

QUEDA GENERALIZADA

Em maio, segundo a CNI, todos os indicadores registraram queda, “algumas bastante expressivas”, diz. Além do faturamento médio real visto acima, houve uma forte queda da Utilização da Capacidade Instalada (UCI), que ficou em 75,9%, uma queda de 2,2 pontos percentuais na comparação com abril. O menor percentual mensal desde 2003.

O emprego industrial recuou -0,6% em maio na comparação com abril, na série dessazonalizada. As horas trabalhadas na produção caíram 2,4% em maio após o ajuste sazonal e a Massa salarial recuou pelo segundo mês consecutivo (-1,7%).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Desalento no desemprego tira um milhão da força de trabalho



Na comparação com maio/2017, Brasil perdeu meio milhão de empregos

“Há uma privatização explícita da Petrobrás”, denuncia Ildo Sauer

O professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, afirmou, em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada na edição deste fim de semana, que “há um enorme equívoco na forma como o atual governo e os gestores tratam a Petrobrás, como se fosse um negócio convencional, subordinado às regras do sistema financeiro do eixo Nova Iorque-Londres”. “A Petrobrás deveria estar fora disso”, disse ele.

“Muitos analistas celebraram as intervenções iniciadas pelo (Aldemir) Bendine no governo (Dilma) Rousseff e replicada com absoluta ortodoxia sob Temer. Essas pessoas entendem que o único papel da empresa é gerar dividendos e prestar contas sob ótica miope que só olha o curto prazo”, prosseguiu Sauer, não deixando de criticar que “a Petrobrás passou, especialmente de 2011 para cá, por processo de má gestão, de ausência de visão estratégica e de instrumentalização política”.

Ildo Sauer lembrou que ele e Luís Pinguelli Rosa foram os responsáveis por elaborar o programa para área de energia do governo do PT. “Depois foi jogado no lixo para fazerem essa lambança toda aí”, salientou. “Eu não vejo o porquê de alguém que já teve a chance de construir uma vez precisar voltar”, avaliou Ildo Sauer, ao falar sobre Lula. “Acho que o mundo gira para frente. Falar isso me dói muito. Desde a adolescência, quando o PT foi criado, estive junto. Fui massacrado dentro do partido, expulso da Petrobrás e fizeram o que fizeram depois que saí de lá”, prosseguiu.

Segundo ele, a resposta dada agora em função da má gestão nos projetos de refinaria “é absolutamente escandalosa”. “Primeiro veio o Bendine, que ainda se revelou um corrupto. Com ele veio o Ivan Monteiro, que montou toda essa estratégia, foi mantido pelo Parente e hoje é o presidente. O Ivan Monteiro é o continuador dessa estratégia que pode ser o início do fim da Petrobras”, denunciou o



especialista.

“Vender gasodutos para a Brookfield e depois pagar valores de pedágio que, em dois ou três anos, se equiparam ao montante recebido, é absolutamente equivocado”, observou. “Uma empresa que tem controle potencial da produção de 100 bilhões de barris, não deveria se submeter aos ditames da ortodoxia financeira. Deveria buscar parceiros como a China e a Índia para garantir créditos e aumentar a capacidade de produção. Não era o caso de amputar, mas sim de empreender”, acrescentou.

O professor observou que “há uma privatização explícita da Petrobrás e ninguém vê, porque é tudo mistificado. Privatizaram três mil quilômetros de gasodutos e as pessoas não sabem. Entregaram o campo de Carcará, por menos de US\$ 2 o barril, quando a Petrobrás pagou entre US\$ 8 e US\$ 11 à União pelo óleo que ela mesmo descobriu”.

“A população é contra a privatização, mas estão privatizando”, denunciou Ildo. “Dizem que estão repassando ativos para tapar o buraco deixado pela má gestão anterior. Este é o discurso, mas é tudo mistificação. Também usam os escândalos para legitimar a ortodoxia financeira como a única capaz de salvar a empresa”, destacou Sauer. “É um modelo de negócio errado. No futuro, aparecerão as verdadeiras razões, hoje impubescíveis”, disse o acadêmico.

Atividade da indústria paulista cai 10,2% em maio

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria de transformação paulista teve uma forte queda em maio, de 10,2% em relação a abril, segundo divulgou a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), na sexta-feira, 29 de junho.

Com os investimentos em queda, juros altos no crédito e a economia no fundo do poço, a variável que mais influenciou o indicador foram as vendas, que despencaram 16% no

mês de maio. As horas trabalhadas na produção recuaram - 2,3% e o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) menos -1,8 p.p.

A metalurgia básica foi, entre os segmentos da pesquisa, o que maior impacto teve no indicador geral, com uma redução de -18,3%. O segmento teve nas horas trabalhadas na produção redução de 6,5% e o total de vendas desabou em 36,4%.

Outro segmento, o de veí-

Perguntado sobre a cessão onerosa, Sauer disse que se tivessem ouvido o que ele dizia à época, “não teria havido nem cessão onerosa e nem partilha. Por mim, quando estes campos foram descobertos, o governo teria contratado a Petrobrás para produzir o petróleo a preços que compensassem todos os custos de produção e gerassem uma margem excelente de retorno para mantê-la como a empresa mais capacitada em termos tecnológicos do mundo”.

“Este é”, segundo ele, “o maior embuste já criado pela mídia. Em quase todo o pré-sal, o operador é a Petrobrás, que tem a responsabilidade de dirigir a exploração (pesquisa), coordenar a contratação das plataformas e toda a operação”. “Cabe às outras petroleiras dos consórcios acompanhar e dizer sim. Qual é o papel delas? A Petrobrás informa o cronograma e coordena os investimentos. Se alguém não cumprir, outro assume ou a cota é vendida”, observou o professor ao condenar a venda da cessão onerosa.

Por fim, o professor Ildo Sauer lembrou que chegou a ser cotado para ser o candidato a presidente do Partido Pátria Livre (PPL) à Presidência da República, e disse que desistiu porque nesse momento prefere atuar como analista na academia, fazer proposições ao debate, que, em sua opinião, “é o mais importante agora”.

culos automotores, também teve forte influência, com um recuo de 6,2%. As horas trabalhadas caíram 8,2% e o total de vendas 30,2%.

Para o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, “os resultados de 2018 já vinham bem abaixo do que imaginávamos quando fizemos as projeções em 2017”. Ele não vê chance de recuperação da atividade da indústria e prevê uma situação ainda pior para os próximos meses.

Diz a PNAD Contínua/IBGE ao divulgar a pesquisa do trimestre encerrado em maio

O desemprego continua crescendo no país e, segundo a PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na semana passada, atingiu 13,2 milhões de pessoas no trimestre encerrado em maio, comparado com 13,1 milhões do trimestre anterior (dezembro, janeiro e fevereiro).

Com a crise, cresce o contingente de pessoas no desalento, consideradas fora da força de trabalho. São aquelas pessoas que têm condições de trabalhar, mas não trabalham e também não procuram emprego, porque não acreditam que vão conseguir, até porque está faltando trabalho. A produção industrial patina, assim como as vendas no comércio e o setor de serviços.

Só no trimestre encerrado em maio, na comparação com o trimestre anterior (dez-jan-fev), 475 mil pessoas deixaram de procurar emprego e, na comparação com o trimestre terminado em maio do ano passado, um milhão de brasileiros deixaram a força de trabalho.

O total do número de pessoas fora da força de trabalho pulou de 64,4 milhões (mar-abr-maio/2017) para 65,4 milhões no trimestre encerrado em maio deste ano.

Com as contas chegando e a comida faltando, é cada vez maior a quantidade de brasileiros que não encontrando emprego saem em busca de um bico. Enquanto cai o nível de emprego, a precarização cresce.

Os chamados trabalhadores por conta própria somaram 22,9 milhões de pessoas, apresentando um adicional de 568 mil pessoas em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conforme o IBGE, o número de empregados com carteira assinada somou 32,8 milhões, uma redução de 483 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano passado, e de 351 mil pessoas ante o trimestre de dezembro a fevereiro deste ano. “Na comparação

com maio do ano passado, o Brasil perdeu meio milhão de postos de trabalho com carteira assinada. Chega, de novo, ao menor índice registrado na pesquisa”, diz o IBGE.

Um dado bem diferente comemorado por Michel Temer no Twitter, ao anunciar os dados do Caged no mês passado. “Foram criados mais de 33 mil empregos formais no mês de maio no Brasil”, escreveu.

Além do Caged, do Ministério do Trabalho, estar com números discrepantes em relação ao IBGE, os números, mesmo quando positivos algumas vezes, são muito menores do que as perdas apontadas pelos estudos do IBGE.

A prova da precarização é o número de empregados sem carteira de trabalho assinada, que foi de 11,1 milhões, aumento de 597 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano passado e de 307 mil pessoas no confronto com o trimestre de dezembro a fevereiro. Ou seja, um aumento do trabalho precário, que implica também em redução na contribuição com a Previdência.

A força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) foi estimada em 104,1 milhões de pessoas, representando uma estabilidade em relação ao trimestre terminado em fevereiro.

A deterioração do mercado de trabalho é o reflexo da economia no fundo do poço, que desmente a farsa da recuperação apregoada por Michel Temer e parte da mídia.

Até mesmo analistas dos bancos estão revendo para baixo suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB). O próprio Banco Central, no Relatório de Inflação de junho, baixou a variação do PIB para 2018 de 2,6% para 1,6%: “A projeção de crescimento do PIB para este ano é de 1,6%, abaixo da apresentada no Relatório de Inflação de março, refletindo retomada em ritmo mais lento do que o previamente esperado”.

Em plena crise, Temer transfere mais R\$ 384 bilhões a bancos

A transferência criminosa de recursos públicos ao setor rentista sob a forma de juros continua de vento em popa apesar da grave crise econômica que se agrava no país.

Segundo relatório divulgado na semana passada pelo Banco Central (BC), os gastos com juros das esferas federal, estaduais e municipais alcançaram a cifra de R\$ 384,278 bilhões nos doze meses encerrados em maio – o que equivale a quase 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Neste idêntico período, os investimentos do Ministério da Educação foram de apenas R\$ 4,556 bilhões. Este valor irrisório foi 16% menor do que no ano anterior.

Já os investimentos do Ministério da Saúde, em meio a uma grave epidemia de febre amarela, recuaram 17% e nem chegaram perto do montante entregue aos bancos. Apenas R\$ 4 bilhões serviram para investimentos na área de saúde nos 12 meses encerrados em maio.

No acumulado de 2018, a cifra transferida ao parasitário setor rentista também é chocante: R\$ 152,526 bilhões de janeiro a maio. Apenas R\$ 39,672 bilhões saíram do setor público para pagamento de juros, valor maior do que os R\$ 36,252 bilhões transferidos em 2017.

Com um orçamento pre-

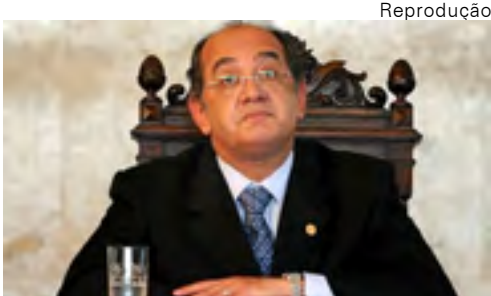
visto encolhido e continuados anúncios pelo governo, nesse idêntico período a educação recebeu, pela pasta do Ministério da Saúde, o ridículo valor de R\$ 3,504 milhões para as despesas discretionárias consideradas essenciais (como por exemplo, o que é destinado para custeio e manutenção de boa parte do sistema público). Os recursos realmente empenhados com o Ministério da Saúde foram, em maio, miseráveis R\$ 9,440 milhões.

Beneficiar o setor financeiro em detrimento das áreas sociais e essenciais já é política institucional do governo federal desde a gestão de Dilma, quando a taxa básica de juros (Selic) foi mantida por anos acima das duas cifras. Com Temer, isso não é diferente e pode em muito explicar as razões do aprofundamento da recessão, aumento do desemprego e desmonte do setor produtivo nacional.

Em 2017, por exemplo, a taxa de investimento da União, Estados e Municípios foi de apenas 1,17% do PIB – um total de R\$ 79,9 bilhões que não foram suficientes nem ao menos para arcar com a manutenção do que já existe.

Enquanto isso, os gastos com juros superaram os R\$ 400 bilhões – ou 6,11% do PIB.

PRISCILA CASALE



Reprodução

Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar afronta o país e arquiva ação contra Aécio

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), não pode ver um corrupto investigado, processado ou preso que sai imediatamente em sua defesa. Se dependesse dele, a Lava Jato estaria morta e a corrupção estaria imperando impunemente por todo o país. Desta vez o ‘socorrido’ do Gilmar foi o santo senador Aécio Neves, que, convenhamos, nem o PSDB, defende mais.

O soldador de corruptos do STF arquivou o inquérito que apurava o envolvimento de Aécio no caso Furnas, subsidiária da Eletrobrás em Minas Gerais. A Procuradoria-Geral da República havia pedido que caso fosse enviado à primeira instância judicial, mas o ministro do Supremo decidiu pelo arquivamento. Aécio era investigado por recebimento de propina.

A investigação sobre o parlamentar tucano era um desdobramento da Operação Lava Jato. Em sua colaboração premiada, o ex-senador Delcídio do Amaral (ex-PT) contou ao Ministério Público que Aécio foi beneficiário de um “grande esquema de corrupção” na estatal Furnas. Segundo Delcídio, o esquema era operacionalizado por Dimas Toledo, ex-diretor de Engenharia da empresa que teria “vínculo muito forte” com Aécio. “Questionado ao depoente quem teria recebido valores de Furnas, o depoente diz se que não sabe precisar, mas sabe que Dimas operacionalizava pagamentos e um dos beneficiários dos valores ilícitos sem dúvida foi Aécio Neves, assim como também o PP, através de José Janene; que também o próprio PT recebeu valores”, diz o texto do depoimento.

Em outro trecho, o senador Delcídio afirmou que, durante uma viagem com Lula em 2005, o ex-presidente perguntou quem era Toledo, e Delcídio, então, o apresentou como “um companheiro do setor elétrico, muito competente”.

Lula, então, teria dito, segundo Delcídio, que, ao assumir, José Janene pediu a ele que Toledo permanecesse no cargo, assim como Aécio e o PT.

“Pelo jeito, ele [Dimas] está roubando muito!”, teria dito Lula a Delcídio, segundo o senador afirmou em seu depoimento. Delcídio acrescentou que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu também havia pedido a Lula que Dimas Toledo ficasse no cargo. Como se vê, não era só Aécio que recebia propina de Dimas Toledo. E não é à toa que Gilmar hoje inclui em seu rol de protegidos, além de Aécio, o ex-presidente Lula.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

S. C.

Toffoli solta corruptos e manda morador de rua para a prisão



Dias Toffoli votou para soltar José Dirceu (PT) de quem foi assessor

Segundo Lula, o roubo do PT e do PMDB na Petrobrás foi pequenininho

A carta que Lula mandou da prisão - onde se encontra cumprindo pena de 12 anos e um mês, em regime fechado, por corrupção e lavagem de dinheiro - apresenta alguns pontos que revelam o caráter pouco afeito aos fatos, da parte do petista. Para não dizer afeito à mentira, pura e simples.

O primeiro ponto é minimizar o roubo - que agora, ele teve que admitir que existiu - de 6 bilhões de reais na estatal. Segundo ele, “o prejuízo causado pelo ‘plano de desinvestimento’ - que aliás começou com Bendine -, diz ele, “é dezenas de vezes maior que os alegados R\$ 6 bilhões que teriam sido desviados nos casos investigados pela Lava Jato”.

Aldemir Bendine assumiu a presidência do Banco do Brasil em abril de 2009, a convite de Lula. Ficou no cargo até fevereiro de 2015, quando foi indicado por Dilma Rousseff para a presidência da Petrobrás, onde permaneceu até maio de 2016. O homem de confiança da então

presidente, “o doutor Bendine”, foi escolhido pelo “desempenho no Banco do Brasil, que era um elemento, para mim, bastante valioso”, disse Dilma em depoimento a Moro, como testemunha de defesa de Bendine, em outubro do ano passado.

Quem, então, teria desviado esses R\$ 6 bilhões? Lula sabe, mas não diz. Mas, os envolvidos, quase todos, já confessaram. Alguns até já devolveram o dinheiro roubado. Só o Pedro Barusco, colocado na Sete Brasil para roubar, devolveu US\$ 100 milhões desviados e, com Palocci, ex-homem de confiança de Lula, a Justiça bloqueou até agora R\$ 70 milhões de R\$ 150 milhões roubados ou mais. Sim, e todos eles, inclusive o Paloci, dizem que o roubo era para abastecer o PT, o PMDB e o PP. Só Lula continua fingindo que não é com ele, apesar do caminho de provas apontar em sentido contrário.

A outra afirmação enganosa que não corresponde à realidade é a de



Roberto Stuckert Filho/PR

que a Lei Serra Projeto de Lei do Senado (PLS 131/2015), que escancarou o pré-sal para as multinacionais, foi aprovada no governo “golpista” de Temer. “Esse ataque vem acontecendo desde o início do governo golpista, quando aprovaram a chamada Lei Serra, que excluiu a participação obrigatória da Petrobrás em todos os campos do pré-sal”, disse ele. Só que a Lei Serra não foi aprovada no governo Temer.

Ela foi aprovada em 24 de fevereiro de 2016, em pleno governo Dilma, a sua pupila. É só lembrar a revolta dos senadores Lindberg Farias (PT) e Roberto Requião (PMDB), que na noite da votação quase romperam com o governo Dilma, ao se separarem com a ordem do Planalto para que a ‘base aliada’ votasse na Lei Serra. Nós sabemos que o Temer é um entreguista, mas, convenhamos, ele não estava sozinho nessa empreitada. Dilma não era cabeça de chapa, com ele na vice, por acaso.

SÉRGIO CRUZ

STF barra trama de Lula para ser solto pela turma de Gilmar, Toffoli e Lewandowski

A defesa de Lula nem disfarça mais sua intenção de atropelar de qualquer maneira o STF. Em conluio com o tripé de acobertadores de corruptos, Gilmar Mendes, Lewandowski e Dias Toffoli, o advogados de Lula queriam obrigar o Supremo a mandar para a segunda turma o pedido de relaxamento da prisão do ex-presidente, preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Eles tinham certeza que o trio pró-impunidade, em minoria no pleno do STF, aproveitaria, que no colegiado desta turma predomina o acobertamento dos ladrões engravatados, para perpetrar um golpe no plenário da Corte e soltar Lula. A alegação é de que Lula não poderia ser preso. O motivo é que, na opinião dos advogados, ele tem que ser tratado de

forma diferenciada. Só que o STF tem posição firmada sobre o tema. Segundo o STF, depois da segunda instância, o condenado já pode cumprir pena. E isso vale para todos. Para atropelar isso é que Lula entrou com um pedido de liminar relação sua prisão. E exigiu que ela fosse analisada para a segunda turma.

Fachin havia decidido enviar o pedido para o plenário do STF, já que o plenário é a instância máxima de decisão do STF.

Na sexta-feria (29), mais uma derrota. O ministro Alexandre de Moraes negou o recurso apresentado pela defesa de Lula neste sentido. A defesa havia contestado a decisão de Fachin. Ela pediu uma liminar para soltar Lula, além de pleitear que o caso retornasse para a Segunda Turma. Moraes

avaliou que não houve ilegalidades no fato de o caso ter sido remetido para o plenário pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato no STF. A defesa alegou que o princípio do juiz natural foi quebrado, quando o relator retirou o caso da Segunda Turma.

Moraes respondeu que “inexistiu qualquer violação ao princípio do juiz natural, pois a competência constitucional é desta Suprema Corte, que tanto atua por meio de decisões individuais de seus membros, como por atos colegiados de suas Turmas ou de seu órgão máximo, o Plenário”, afirmou. Ele também negou o pedido da defesa para que o recurso fosse redistribuído apenas entre os ministros da Segunda Turma, excluindo Fachin. Ler mais em www.horadopovo.org.br

“Se eleito, congelamento de gastos com saúde e educação será eliminado”, diz João Goulart

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou, em entrevista à Rede TV, de São Paulo, na última sexta-feira (29/06), que não concorda com a Emenda Constitucional 95, de 2016, que congelou os gastos públicos por vinte anos. “Querem congelar os gastos com saúde, educação. Isso é um absurdo”, disse ele. “Nós somos contra. Se eu for eleito, isso vai ser eliminado”, frisou Goulart.

“Como é que vão engessar o país por vinte anos se você tem dois milhões de novos brasileiros que ingressam na nossa sociedade todos os anos? Eles querem um teto de gastos, mas todo ano entram dois milhões de pessoas. No final de vinte anos, são 40 milhões de brasileiros que vão ficar desassistidos”, observou. “Não há a menor hipótese que alguém ache que isso é correto”, acrescentou o pré-candidato.

Segundo João Goulart,

“o país hoje não está atendendo a sua população nas áreas da saúde, educação, segurança, etc, porque o orçamento está sendo sangrado”. “São 400 bilhões de reais todos os anos só para pagamento de juros ao sistema financeiro, sem contar a rolagem da dívida. Além disso, o nosso país está remetendo uma fortuna para o exterior. O Brasil paga só de royalties e remessa de lucros, mais de 175 bilhões de reais”, denunciou. “Eu pergunto, existe país que possa cuidar da educação, da saúde e da segurança com uma drenagem deste tamanho?”, indagou.

Sobre a crise da segurança e a intervenção no Rio de Janeiro, o filho de Jango avaliou que “o país passa por uma situação muito grave”. Ele disse que o Brasil está com índices de guerra civil, ao citar os 62 mil assassinatos anuais, divulgados recentemente”. Para o ex-deputado, “a intervenção nos moldes do que ocorreu no Rio de Janeiro já mostrou que

não resolve o problema. Os próprios militares sabem disso”. “Tem que haver a presença efetiva do Estado nas comunidades”, defendeu. “Tem que ter cultura, esporte, educação, segurança, etc”, acrescentou.

“Essa história de ‘estado mínimo’, defendida por alguns, é um contrassenso. É uma maneira de subtrair os direitos da sociedade”, denunciou o ex-deputado. Ele condenou ainda aqueles que apregoam demagogicamente a entrega de armas para a população. “Entregar armas e dizer, ‘se vira’, é uma irresponsabilidade”, ponderou. “É papel do Estado defender o cidadão. Essa atitude de deixar por conta do cidadão se defender é um desrespeito completo”, avaliou. João Goulart lembrou Darcy Ribeiro que, segundo ele, dizia que “se não construímos escolas, dentro de vinte anos estaremos construindo presídios”. Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Ministro do STF negou habeas corpus para acusado que furtou uma bermuda de R\$ 10 e foi restituída à loja

Aqui está, estimados amigos, uma história sobre o Brasil - ou sobre pobreza e corrupção no Brasil de hoje.

Por isso, pedimos a sua atenção, caro leitor:

Trata-se de um caso modelar do ilustre Dias Toffoli - ex-advogado do PT, ex-funcionário de José Dirceu na Casa Civil, ex-advogado de Lula em três campanhas eleitorais, colocado por este no Supremo Tribunal Federal (STF).

Emérito inventor de “habeas corpus de ofício” para soltar corruptos, Toffoli forma, com Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, a trinca, no STF, que pretende acabar com a Operação Lava Jato.

EVANILDO

Se Toffoli é assim com os corruptos, com os pobres é um verdadeiro São Vicente de Paulo.

Por exemplo:

No dia 17 de novembro de 2011, um morador de rua, alcolátra, Evanildo José Fernandes de Souza, furtou - de uma loja de nome “O Baianão”, em uma cidade de Minas - uma bermuda que custava R\$ 10 (dez reais). Preso em flagrante, a bermuda foi devolvida à loja “em perfeitas condições, ou seja, o estabelecimento não suportou QUALQUER PREJUÍZO” (grifos da Defensoria Pública).

Apesar disso, Evanildo foi condenado a um ano e sete meses de cadeia, em regime fechado.

Mais de seis anos depois, o recurso da Defensoria, um pedido de “habeas corpus”, subiu, por milagre - ou pela dedicação dos advogados da Defensoria - até o STF, onde caiu na mão de Dias Toffoli.

Os defensores do morador de rua pediram a Toffoli uma liminar suspendendo o início da execução da pena “até o juízo definitivo acerca do mérito”. Pediam algo muito mais leve do que os advogados de Lula ou de José Dirceu pediram: estes querem - e Toffoli é a favor - a suspensão da execução da pena (isto é, da prisão) até que se esgotem todos os recursos possíveis, em todas as instâncias.

Os advogados da Defensoria queriam somente a suspensão da pena até que Toffoli julgasse o mérito do “habeas corpus”.

Mas Toffoli, em 17 de maio de 2017, recusou a liminar. E Evanildo foi para a cadeia pelo furto de uma bermuda de R\$ 10 (dez reais), devolvida ao “O Baianão” em perfeitas condições.

O julgamento do mérito foi agora, mais de um ano depois, no dia 1º de junho. Enquanto isso, Evanildo estava mofando na cadeia, por um furto de R\$ 10, já reparado.

Os advogados da Defensoria da União pediram, através do “habeas corpus”, a absolvição do réu, com base do “princípio da insignificância” ou “princípio da bagatela”.

Em suma, não houve dano ao “bem jurídico” (o bem protegido pela lei). Portanto, a ação de Evanildo não é coisa com que a Justiça deva se preocupar. Até porque, há coisas mais importantes para a Justiça: por exemplo, os ladrões que roubaram bilhões da Petrobrás e dos fundos de pensão.

Assim, escreveu o sub-procurador geral da República, Edson Oliveira de Almeida, em seu parecer sobre o caso de Evanildo:

“O valor do bem furtado é irrisório e, não obstante os antecedentes desfavoráveis, não há qualquer outro dado que acrescente relevância ou maior reprovabilidade à conduta do paciente, um pobre morador de rua e alcolátra: o fato atribuído ao paciente não tem dignidade penal [ou seja, não deve de ser penalizado]”.

E, lembrou ainda o procurador, não era a personalidade de Evanildo que estava sendo jul-

gada, mas a ação que cometeu. Assim disse porque Evanildo cometera, no passado, outros furtos, mas, ressaltou, isso não impedia a aplicação do princípio da insignificância porque, disse, citando uma sentença do então ministro Sepúlveda Pertence, “a caracterização da infração penal como insignificante não abarca considerações de ordem subjetiva: ou o ato apontado como delituoso é insignificante, ou não é”.

Porém, Toffoli recusou tanto os argumentos da Defensoria quanto os da Procuradoria. E manteve Evanildo na cadeia, por furtar uma bermuda de R\$ 10 reais, diga-se outra vez, devolvida à loja de onde fora furtada.

Vinte e cinco dias depois de negar “habeas corpus” a esse morador de rua, o mesmo ministro Toffoli concedeu “habeas corpus de ofício” - ou seja, sem que a defesa pedisse - a José Dirceu.

Dirceu está condenado a 30 anos de cadeia por receber R\$ 15 milhões em propinas, lavar 10 milhões, 288 mil e 363 reais - e por pertencer a uma organização criminosa.

Esses R\$ 15 milhões são apenas as propinas recebidas por Dirceu pessoalmente, além daquelas recebidas por seu esquema ou sub-quadrilha. Diz o juiz Sérgio Moro, “o mais perturbador, porém, em relação a José Dirceu de Oliveira e Silva consiste no fato de que recebeu propina inclusive enquanto estava sendo julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470, havendo registro de recebimentos pelo menos até 13/11/2013. Nem o julgamento condenatório pela mais Alta Corte do País representou fator inibidor da reiteração criminosa”.

Pois esse elemento mereceu de Dias Toffoli um “habeas corpus” que sua defesa não pediu, para soltá-lo da prisão. REINIDENTES

Toffoli disse que não concedia habeas corpus ao morador de rua que furtou R\$ 10 (dez reais) - e devolveu - porque ele era reincidente.

Porém, isso não o impediu de soltar Dirceu, sem que a defesa deste precisasse pedir.

Mais reincidente que Dirceu é impossível. Além da condenação a 7 anos e 11 meses, na Ação Penal 470 (“mensalão”), Dirceu está condenado em outro processo da Lava Jato, a 11 anos e três meses de cadeia - e é réu em um terceiro processo.

Da mesma forma, o operador do PP, João Cláudio Genu, também condenado na AP 470, que também levou de presente um “habeas corpus” de Toffoli, aprovado por sua turma, para ficar solto.

Na sessão do dia 26, Toffoli - e, também, Lewandowski e Gilmar Mendes - desrespeitaram até um pedido de vistas, que teria de paralisar o julgamento, para soltar José Dirceu e Genu.

Três dias depois, Toffoli soltou, com uma liminar em um pedido de “habeas corpus”, um ladrão, ex-fiscal do Ministério da Agricultura, que recebia propinas dos frigoríficos denunciados na Operação Carne Fraca, amealhando impressionante fortuna com seu roubo.

Nem Dirceu, nem Genu, nem o ex-fiscal da Agricultura, furtaram uma bermuda de R\$ 10 (reais), depois devolvida sem danos, nem são moradores de rua condenados por um crime que, para todos os efeitos, não existiu.

Como Lula, são ladrões do dinheiro público, do dinheiro do povo, assaltantes da Petrobrás e dos fundos de aposentadorias das estatais, que não devolveram tudo o que roubaram.

Por isso, mereceram de Toffoli a concessão de habeas corpus para ficarem soltos, não importa o tamanho de suas penas.

Quanto a Evanildo, o morador de rua...

CARLOS LOPES

Para Ciro Gomes, “reforma trabalhista é uma selvageria”

O candidato a presidente da República pelo PDT, Ciro Gomes, afirmou que o desemprego e o aumento da informalidade é consequência, entre outras coisas, da “reforma trabalhista” aprovada pelo governo Michel Temer, em 2017.

Segundo a Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 13 milhões de pessoas estão desempregadas no país. A pesquisa, divulgada na sexta-feira (29), aponta ainda que mais de 300 mil pessoas começaram a trabalhar sem carteira assinada. Ao todo são mais de 34 milhões de trabalhadores sem emprego formal.

“Nós temos mais brasileiros na informalidade do que na formalidade. Agravou isso muito a tal ‘reforma trabalhista’, que foi feita em uma selvageria que eu não suspeitava

que no século XXI pudesse acontecer”, disse o pedetista.

Para Ciro Gomes, as dificuldades para abrir uma empresa no país também agravam a situação do emprego. “As causas são o excesso de burocracia na relação de trabalho, o excesso de burocracia na formalização de empresas. E isso aqui é uma coisa que você pode e deve resolver removendo um entulho que chega a ser caricato”, enfatiza.

Segundo o presidente, para formalizar uma pequena empresa no Brasil, a pessoa “vai a 50 lugares ao mesmo tempo”. Ele acrescentou que, além de estimular meios para a geração de emprego, o governo também precisa diminuir os impostos em cima da população mais pobre. Ciro frisou que, caso eleito, vai implantar a cobrança de impostos proporcional à renda do cidadão.

Dilma se lança candidata e aliados do PMDB se queixam

A confirmação da pré-candidatura de Dilma Rousseff ao Senado por Minas Gerais dificultou a reedição da aliança do PT com o PMDB no estado. O peemedebista Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa mineira, trabalhava para ser candidato ao Senado na chapa do governador Fernando Pimentel.

“A candidatura da Dilma vem sepultar qualquer possibilidade de o MDB compor com o PT”, disse o vice-governador Antônio Andrade (PMDB), que é rompido com Pimentel. “A Dilma fez o lançamento da pré-candidatura e veio dizer que a pauta do PT este ano é o combate aos golpistas. A gente quer entender o que é isso”, acrescentou

o deputado Newton Cardoso Jr.

A candidatura de Dilma ao Senado teria sido uma imposição de Lula aos petistas mineiros. A intenção do ex-presidente, segundo petistas, ao bater o martelo sobre a transferência do domicílio eleitoral dela do Rio Grande do Sul para Minas, foi fazer um “terceiro turno” contra o senador Aécio Neves (PSDB/MG), com quem ela disputou a eleição de 2014.

Independentemente de Dilma, a aliança com o PMDB já era difícil, porque Andrade tem a maioria do diretório e é contra o acordo. Mas o lançamento da pré-candidatura da ex-presidente acirrou os ânimos com os antigos aliados.

ANS autoriza cobrança de 40% em serviços de planos de saúde

Resolução da agência, que garante os interesses das operadoras em detrimento dos da população, estabelece a modalidade de franquia nos planos

A agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou na quinta-feira (28) novas regras para a cobrança de “coparticipação” e o estabelecimento de franquias em planos de saúde. Segundo a resolução normativa nº 433, os pacientes deverão pagar até 40% em cima do valor de cada procedimento realizado. As novas regras, que valem tanto para os planos individuais e coletivos, entrarão em vigor em 180 dias válidas somente para novos contratos.

As modalidades de planos são: Plano regular: o consumidor paga uma mensalidade fixa, sem precisar arcar com cobranças extras.

Com coparticipação: o consumidor paga uma parte do procedimento à operadora, cujo percentual não poderá ultrapassar 40% do valor.

Com franquia: o consumidor tem de arcar com um valor de franquia além da mensalidade se precisar fazer exames ou consultas que não estão previstos no contrato.

A norma aprovada estabelece ainda que o valor máximo a ser pago pela coparticipação ou franquia não poderá ultrapassar o da própria mensalidade do consumidor (limite mensal) e/ou a 12 mensalidades no ano (limite anual).

Por exemplo, se o consumidor paga R\$ 100 de mensalidade, o limite mensal da coparticipação ou franquia não pode ultrapassar R\$ 100. Com isso, o beneficiário poderá ser obrigado a pagar na aquele mês o máximo de R\$ 200. No caso do limite anual, o valor da coparticipação ou da franquia seria de R\$ 1.200. E proibida a utilização da coparticipação ou franquia diferenciada por doença ou patologia.

E ainda tem mais, esse limite poderá ser aumentado em 50% no caso de planos de saúde empresariais que prevejam esse aumento por meio de acordos ou convenções coletivas de trabalho. Assim, considerando os limites mensais e anuais da coparticipação e franquia do exemplo acima, esses valores passariam para R\$ 150 e R\$ 1.500, respectivamente.

A nova norma somente garante ao consumidor que, se ultrapassado o limite estabelecido pela ANS, os custos de utilização do plano de saúde passarão a ser integralmente arcados pela operadora, sendo proibida a cobrança de valores excedentes, inclusive posteriormente, no ano seguinte, por exemplo.

ABUSO

Ana Carolina Navarrete, advogada e pesquisadora em saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), critica os limites mensais e anuais estipulados, que permitem cobrar até o valor de uma mensalidade cheia a mais por mês em coparticipação ou franquia.

“Esse limite é alto e não foi discutido”, disse Ana Carolina. “O consumidor pode acabar pagando até o dobro do valor que ele contrata, e, quando escolhe um plano, ele já escolhe um valor que cabe em seu orçamento. Isso pode comprometer a permanência. No caso de atendimentos em pronto-socorro, somente poderá ser cobrado um valor fixo e único

– não importando a quantidade e o tipo de procedimento realizado. O valor deverá ser previamente conhecido pelo beneficiário e não poderá ser superior a 50% do valor da mensalidade.

Não existia, até aqui, um limite estipulado em lei para a cobrança, mas havia desde 2009 uma orientação da ANS que sugeria o repasse de 30% como um máximo aceitável. “Na prática, há um aumento nos valores com que o consumidor pode ter de arcar com esse tipo de plano, porque a cobrança que antes era de 20% ou 30% sobe para 40%”, disse a advogada e representante da Proteste, Livia Coelho.

FRANQUIAS

Nos planos de saúde com franquia, o consumidor paga uma mensalidade que tende a ser mais barata que a dos outros planos e tem direito a alguns procedimentos básicos. Se ainda precisar de outras consultas, exames ou cirurgias, tem de pagar do próprio bolso até o valor da franquia que está previsto em contrato. Depois que ele usar toda a franquia, o plano de saúde é que tem de arcar com os gastos.

O risco de que os planos sem coparticipação acabem sumindo (como aconteceu com os planos individuais frente ao avanço dos coletivos) e a imprevisibilidade da conta final são outros temores apontados por entidades como Proteste, Procon e Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Livia Coelho, do Proteste, disse ainda que os planos que oferecem a cobertura integral, sem cobranças adicionais por uso, podem acabar perdendo espaço no mercado para as novas opções e deixando de ser oferecidos pelas empresas. “É a mesma situação que ocorreu com os planos individuais, e isso nos preocupa”, disse ela. “Como neste caso, as regras dão a possibilidade de que eles [os planos com cobertura integral] sejam oferecidos, mas não é obrigatório, e, se deixarem de ser vantajosos para as operadoras, elas podem deixar de oferecer”.

AUMENTOS

Não é de hoje que a ANS tem agido em favor das operadoras de planos de saúde em detrimento dos consumidores dos trabalhadores. A agência autorizou um aumento de 10% nos planos individuais no mês passado, mesmo eles tendo tido aumentos acima de 13% em 2017, 2016 e 2015.

Com a aprovação desse aumento nos planos individuais chegamos à marca de pelo 14º ano consecutivo o aumento autorizado pela ANS superará a inflação anual. De 2000 a 2017, os reajustes aprovados pela agência para os planos individuais e familiares acumulam variação de 374,08%. No mesmo período, a inflação acumulada é de 220,0%.

Segundo o Proteste apenas em 2017, os aumentos dos planos coletivos chegaram em 40%; 75% dos reajustes praticados pelos planos coletivos são abusivos e 56% dos consumidores que recorreram à justiça foram ressarcidos por pagamento indevido.

Hoje no Brasil não há qualquer regulação nos preços praticados pelas operadoras nos planos coletivos, modalidades está que é utilizada por 38,3 milhões de pessoas.

minosa no cargo de diretor de Engenharia da Dersa, somente subordinado a Laurence Casagrande”. A magistrada ainda justifica a prisão preventiva. “Não obstante a ciência sobre as investigações em curso, conforme divulgadas pela imprensa antes da deflagração das medidas de busca e apreensão e prisões, os investigados não se afastaram de cargos e funções públicas, sendo Laucence, até o dia do cumprimento das medidas, presidente da Cia Energética de São Paulo”.

No depoimento da juíza, as investigações “revelam que a liberdade dos investigados ocasiona iminente risco à atividade probatória, considerando a evidente probabilidade de, em liberdade, destruírem provas, coagirem testemunhas, obstruírem a investigação, alienarem bens produtos do ilícito praticarem outros delitos, além da possibilidade de fuga, justificando-se, portanto, a prisão cautelar para a garantia da ordem pública e da ordem econômica, bem como, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal”, concluiu a magistrada.



Leilão das linhas de transmissão de energia foi realizado no último dia 29

Investigado, Moreira Franco leiloa linhas de transmissão da Eletrobrás

A imagem da ratanzana batendo o martelo do leilão e rindo do país e do povo brasileiro no leilão das linhas de transmissão da Eletrobrás, nesta quinta-feira, tem motivo. É só avaliar o tamanho do roubo do patrimônio público. As receitas das empresas que se beneficiaram do leilão organizado pelo investigado da Lava Jato, Moreira Franco, durante a vigência do contrato podem alcançar R\$ 25,7 bilhões. Já o “investimento” que eles juram que vão fazer, com recursos certamente vindo do BNDES, não chega a R\$ 6 bilhões. Um negócio da China.

Os diretores da indiana da Sterlite Power Grid não paravam de comemorar. Eles ficaram com seis lotes. O leilão de transmissão de linhas da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) terminou com todos os 20 lotes arrematados nesta quinta-feira (20), sendo 6 pela indiana Sterlite Power Grid. Participaram da disputa 47 grupos privados. Ao todo, serão concedidos 2,6 mil quilômetros de linhas de transmissão e subes-

tações com capacidade de transformação de 12,2 megavolt-ampères (MVA) em 16 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

A negociata estava ameaçada por várias vezes durante o dia em função de liminares, mas Moreira Franco, especialista em tramóias, conseguiu derrubar as liminares. Mais cedo, o Moreira Franco afirmou que o leilão iria acontecer ainda nesta quinta. “A questão jurídica já está resolvida e agora estão se cumprindo questões de natureza burocráticas e eu creio que rapidamente o leilão começará”, declarou.

Especialistas do setor elétrico consideram equivocada a venda das linhas de transmissão por parte do governo. Eles dizem que o sistema elétrico brasileiro, que é um dos mais integrados do mundo, passa agora a ser fatiado e entregue para diversas empresas diferentes, muitas delas estrangeiras, que somente vão

explorar os consumidores, que são, em última instância, quem vai bancar os 25 bilhões que eles esperam embolsar no decorrer das concessões. Nem a garantia do investimento se pode dizer que o governo tem. É só lembrar o caso da americana AES que conseguiu os recursos no BNDES, não fez os investimentos, não pagou a dívida e ainda mandou recursos para sua matriz.

Para comprar a Eletropaulo, em abril de 1998, a AES recebeu dois empréstimos do BNDES, que totalizam US\$ 1,2 bilhão. Não pagou a dívida e também não ofereceu nada em garantia, a não ser as ações da própria Eletropaulo. O problema é que, depois de uma sucessão de erros de gestão que se somaram a uma política deliberada de remessas de dividendos para o exterior, os cofres da Eletropaulo secaram. A companhia ficou devendo R\$ 5,5 bilhões, metade com correção cambial, e, segundo a cotação das ações, a empresa dada em garantia valia apenas US\$ 280 milhões.

Fiocruz critica aprovação do PL do Veneno em votação da comissão da Câmara dos Deputados

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) criticou a flexibilização da lei de agrotóxicos aprovada em comissão especial da Câmara dos Deputados, no último dia 26.

De acordo com a fundação, que é vinculada ao Ministério da Saúde a aprovação do projeto é “uma derrota para todos aqueles que estudam os danos dos agrotóxicos na saúde da população brasileira”.

“Entre outras ações, o PL prevê maior facilidade para o registro de novos agrotóxicos e até a substituição do nome ‘agrotóxico’ por outros (inicialmente, seria produto fitossanitário, mas o relator, deputado Luís Nishimori (PR-PR), alterou o termo para “pesticida”). O PL centraliza o controle do registro no Ministério da Agricultura, hoje sobre o controle do latifundiário Blairo Maggi, retirando o

Ministério da Saúde e o Ibm dessa função”, destacou a Fiocruz.

A instituição ainda criticou os deputados federais que aprovaram a lei. “Os deputados comparecem às sessões da comissão com voto decidido, permanecem o tempo todo de olho no celular, sem dar ouvido ao que falam os cientistas e, por fim, votam em nome de Deus e da família, sustentados e sustentando o agronegócio que mata - direta e indiretamente - e em seu modelo vigente, apequena o papel do Brasil na geopolítica mundial.

Em nota técnica a Fiocruz afirma que o PL do veneno causa grandes malefícios a vida e ao meio ambiente. “As medidas propostas no PL representam enormes retrocessos no que se refere a adoção de medidas de proteção ambiental e proteção da

vida, ocasionando prejuízos incalculáveis e irreparáveis para a saúde, o ambiente e a sociedade”.

Ainda de acordo com a nota técnica, para fundação a aprovação do PL deixa claro que a Câmara está atuando em favor dos interesses econômicos das múltiplas do veneno. “Sua aprovação nos termos atuais, além de promover o completo desmonte da regulação dos agrotóxicos no país, claramente prioriza os interesses econômicos e põe em risco toda a sociedade, com repercussões de curto, médio e longo prazo, tanto para as gerações atuais quanto futuras. Não é possível evidenciar em nenhum momento uma preocupação em priorizar a redução do uso de agrotóxicos ou mesmo a substituição dos produtos atualmente utilizados por formulações menos tóxicas”.

Gol aumenta preço da bagagem em 66,7%



Preço da bagagem passou de R\$ 30 para R\$ 50

partir da 3ª mala despachada só no check-in).

Bagagens acima do peso também tiveram seu valor aumentado pela Gol. Caso a mala ultrapasse os 23kg, uma taxa extra de R\$ 25 por quilo excedente será adicionada. Nenhuma mala pode ultrapassar 45 kg em voos domésticos e 32 kg para fora do país, de acordo com a Gol.

O fim da gratuidade das bagagens entrou em vigor no dia 14 de março de 2017, sob reações negativas dos consumidores e decisões contrárias da justiça. A

Gol era a única das grandes companhias aéreas brasileiras que não tinha promovido o aumento nos valores dos despachos desde quando foi aprovado a cobrança, porém a partir do último dia 21, todos os reajustes aqui citados, estão valendo.

Vale lembrar que apesar das companhias aéreas defenderem na época, que a nova cobrança das bagagens traria uma redução no preço das passagens, não foi o que aconteceu. Muito pelo contrário, as rotas mais movimentadas do país tiveram aumentos expressivos.



Dez trabalhadores rurais foram mortos Ministro do STJ tira da cadeia 15 acusados da chacina de Pau D'Arco

O ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Ribeiro Dantas, derrubou uma liminar própria, que mantinha presos os 15 policiais que participaram da Chacina de Pau D'Arco, uma ação que resultou na execução de dez trabalhadores rurais no Pará, em maio de 2017. A Superintendência do Sistema Penitenciário (Susipe), informou que os policiais foram soltos na última quinta-feira (28) e devem responder ao processo em liberdade, contrariando pedido do Ministério Público do Pará (MPPA).

Em janeiro deste ano, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministra Cármen Lúcia, já havia rejeitado o pedido de habeas corpus dos policiais, após a ministra Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter restabelecido a prisão preventiva, em 18 de dezembro. Eles haviam sido soltos na época por decisão do Tribunal de Justiça do Pará.

A decisão pela soltura dos policiais agora partiu do ministro Ribeiro Dantas, do STJ, que desconsiderou o pedido de tutela provisória feita pelo MPPA.

Segundo o MPPA, como os policiais são acusados de crimes graves de homicídio qualificado consumado, homicídio qualificado, crime de tortura, associação criminosa e fraude processual, a periculosidade dos acusados demonstra que, em liberdade, eles podem colocar em risco as investigações, a instrução criminal e a ordem pública.

O ministério argumenta que, ante do risco de os policiais interferirem no depoimento de vítimas e testemunhas, a liberdade precoce poderia “provocar severos prejuízos face ao temor experimentado pelas testemunhas que serão ouvidas”.

Para o advogado da Comissão Pastoral da Terra, José Batista Afonso, a decisão de Dantas representa um risco para testemunhas e familiares das vítimas. “Essas pessoas elas residem no município onde ocorreu o massacre. E os policiais são todos do mesmo município. Então, a liberdade dos policiais, embora já tenha sido concluída a instrução processual, representa uma insegurança para vítimas e testemunhas e poderá refletir, por exemplo, na realização do júri popular”, alerta.

MASSACRE

No dia 24 de maio de 2017, nove homens e uma mulher morreram durante uma ação policial para cumprimento de 16 mandados de prisão de suspeitos de envolvimento na morte de um vigilante da Fazenda Santa Lúcia, em Pau D'arco.

Ao menos três dos dez assassinatos foram caracterizados, pelo Instituto Médico Legal, como execução. Segundo a perícia, três corpos tiveram perfurações de bala à queima-roupa na cabeça, no coração e nas costas. A cena do crime foi adulterada pelos policiais que realizaram a ação.

A fazenda é alvo de disputa judicial entre o proprietário e movimentos rurais. Os policiais alegaram que foram recebidos a tiros e, por isso, reagiram. Segundo os sobreviventes, a polícia já chegou à cena do crime atirando. “Como é que teve esse tiroteio sendo que nenhum dos policiais foi ferido ou baleado? Nem uma das caminhonetes?”, questionam.

Os policiais também não explicaram porque seguranças da empresa que prestava serviços aos donos da Fazenda Santa Lúcia acompanharam a ação policial e porque os corpos dos trabalhadores mortos foram removidos e o local do crime adulterado.

IMPUNIDADE

Em abril deste ano a Comissão Pastoral da Terra publicou seu estudo anual sobre assassinatos em conflitos no campo no Brasil em 2017, e o resultado foi o maior desde 2003, com 70 assassinatos. De 2004 a 2014 a média de mortes por conflito no campo foi de 36, mas nos últimos três anos houve uma escalada na violência e o número dobrou.

Também de acordo com o estudo, entre os anos de 1985 e 2017, foram registrados 1.438 casos de conflitos no campo em que ocorreram assassinatos, com 1.904 vítimas. Desse total, apenas 113 foram julgados, o que corresponde a 8% dos casos. Nestes casos somente 31 mandantes e 94 executores foram condenados.

Incêndios em favelas deixam centenas de desabrigados em SP

Um incêndio atingiu cerca de 60 barracos em uma comunidade localizada na rua Antonio dos Santos Neto, na região de Santana, zona norte de São Paulo, no final da tarde do último domingo (1). Cerca de 180 pessoas ficaram desabrigadas.

O Serviço Social da Prefeitura foi enviado ao local para cadastrar as famílias que perderam suas casas. Os bombeiros atuaram com 20 viaturas e 60 profissionais, e as chamas foram controladas por volta das 22h.

A corporação informou que o local está em segurança. Engenheiros da Defesa Civil e peritos estiveram no local para verificar a condição das casas e orientar os moradores.

As causas do incêndio ainda são desconhecidas e serão investigadas pelo Instituto de Criminalística.

No mesmo domingo (1), um outro incêndio atingiu uma favela no meio da tarde na rua Soberania Divina, bairro de Guaianazes, zona leste da capital. Cerca de 10 barracos foram atingidos e 40 pessoas ficaram desabrigadas. O Corpo de Bombeiros enviou nove viaturas ao local, e o fogo foi extinto rapidamente.

A causa dos dois incêndios está sendo investigada pelo Instituto de Criminalística.

Em cinco anos, universidades federais têm cortes de 28,5%

Nos últimos cinco anos, 90% das universidades federais sofreram uma redução no custeio que chega a 28,5% em média, segundo dados do Ministério da Educação (MEC). Os cortes atingiram em cheio as instituições que viram seus repasses sendo cortados para o pagamento de contas de luz e água, obras, manutenção, bolsas e pagamento de funcionários terceirizados. Com os cortes, os valores de 2017 foram inferiores aos de 2013. São os chamados gastos “não obrigatórios”, que estão à mercê das vontades do governo federal de repassar ou não os valores.

Segundo os dados do MEC, fornecidos ao G1, os cortes começaram em 2014, quando a então presidente Dilma anunciou um orçamento previsto de R\$ 9,015 bi. Porém, desse número somente foi empenhado, isto é, efetivamente entregue às Universidades, R\$ 7,783 bilhões. O corte, ou, nas termos do governo Dilma, contingenciamento de gastos, foi de mais de R\$ 1,2 bi, ou 13,67% do previsto. Em 2015, o corte foi ainda maior. O orçamento previsto foi de R\$ 8,894 bi, no entanto, o empenhado foi de R\$ 6,851 bi. Uma queda de R\$ 2,043 bilhões. Em 2016, o empenhado teve um aumento, passando para R\$ 7,337 bi, mas no ano seguinte, o valor voltou a ser reduzido ao menor patamar desde 2011: R\$ 6,194 bi.

Nesta realidade, as Universidades se encontram completamente esmagadas financeiramente. Para manter-se dentro do orçamento, são obrigadas a dispensar serviços terceirizados, encerrar programas de bolsas de permanência e de iniciação científica estudantil, economizar gastos em energia elétrica, entre várias outras situações.

Além disso, o aumento de vagas e crescimento do número de matrículas foi prejudicado. Um primeiro ataque realizado por Dilma contra o crescimento das Universidades foi o corte no financiamento do Reuni (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). No momento em que a tentativa de crescimento de vagas foi tomada à frente pelas próprias Universidades, o orçamento empenhado passou a diminuir. Em média, de 2010 a 2013, o número de vagas cresceu 6,5%, enquanto de 2013 a 2016, somente 1,85%.

A queda de 28,5% foi uma média. Algumas muito importantes, como Universidade de Brasília (UnB), de 2011 para 2017, sofreu perdas 52,1% (R\$ 174 milhões). Ou a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), que perdeu, de 2013 a 2017, 51,1% (R\$ 73,6 milhões) deste orçamento.

Fotos: Lucas Figueiredo/ CBF



O craque Neymar abriu o placar contra o México para delírio da torcida



Torrada se espalhou pelo país. Na foto, público reunido no centro do Rio

Com três votos contrários, Supremo decide que contribuição sindical não é obrigatória

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessões realizadas na quinta e sexta-feira (28 e 29), discutiram as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) de diversos sindicatos contra o fim da obrigatoriedade da contribuição e definiram, por seis votos contra três, que a alteração não é inconstitucional.

O ministro Edson Fachin, relator das ADI's discutidas, votou contra o fim da obrigatoriedade. Para ele, na Constituição de 1988 está previsto um tripé para o funcionamento do sistema sindical: unicidade, representatividade obrigatória e contribuição sindical. “Sem alteração constitucional, a mudança de um desses pilares desestabiliza todo o sistema”, afirmou. “A inexistência de fonte de custeio

obrigatório inviabiliza a atuação do próprio regime sindical previsto na Constituição. Sem pluralismo sindical, a facultatividade da contribuição destinada ao custeio dessas entidades, tende a se tornar instrumento que obsta o direito à sindicalização”, disse o ministro.

Junto com Fachin, votaram os ministros Rosa Weber e Dias Toffoli. Segundo Rosa, uma vez que o STF reconheceu a natureza tributária da contribuição sindical, trata-se de uma obrigatoriedade. “Como priorizar a negociação coletiva e enfraquecer quem representa as categorias?”, questionou a magistrada, que não vê sentido no predomínio do negociado sobre o legislado.

Votaram pelo fim da contribuição sindical os ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso,

Marco Aurélio Mello e Cármen Lúcia. Ricardo Lewandowski e Celso de Mello não compareceram a sessão de votação, na sexta-feira.

A discussão e julgamento sobre o trabalho intermitente, que foi permitido pela reforma trabalhista, estavam previstos para acontecer nestas mesmas sessões, porém só acontecerão no segundo semestre. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), o trabalho intermitente é uma forma de “precarização do emprego” e contraria o artigo 4º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme o qual “considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens”.

Litti: ‘Enquanto não houver acordo sobre frete, piso estabelecido pela ANTT deve ser cumprido’

O dirigente caminhoneiro, Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí, RS (Sinditac), reafirmou, após as tentativas de negociações sobre o frete da categoria, que os caminhoneiros não abrem mão de um preço mínimo para os trabalhadores.

De acordo com o dirigente, nas últimas negociações, o que vem ocorrendo é a tentativa de setores do agronegócio de anular a decisão já definida após a greve da categoria de se estabelecer um preço mínimo. “A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) se colocaram contra o piso mínimo vinculativo para a categoria, querendo apenas que seja estabelecido um referencial de preços para os frentes, podendo ser ou não aceitos pelas transportadoras, o que já acontece desde 2015. Isso não serve para nós, tem que ser vinculativo como está funcionando agora”, disse.

Em vídeo divulgado pelas lideranças da categoria, Litti ressalta que “não houve conciliação, como o ministro



Carlos Alberto Litti, dirigente dos caminhoneiros

do STF, Luiz Fux, tratava para que fosse feito, porque eles não trouxeram número algum”, portanto não estavam dispostos a negociar verdadeiramente, destaca.

A resolução 5820 de 30 de maio de 2018, da ANTT - que estabelece o preço mínimo vinculativo, fruto do acordo entre governo e caminhoneiro - foi alvo de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's), que foram paralisadas por Luiz Fux.

“O ministro poderá de-

cidir nos próximos dias a inconstitucionalidade ou não. Ou poderá esperar até a próxima audiência chamada pela ANTT no dia 27 de agosto no STF. Até lá o que está valendo a resolução 5820 que prevê punição para as empresas que não cumprirem a legislação com o pagamento de duas vezes o valor estabelecido pela tabela para o trabalhador, descontados os valores pagos, com prescrição em 10 anos”, afirmou Carlos Alberto Litti.

Seleção de Tite venceu por 2 a 0 contra o México e segue agora rumo ao hexa

O Brasil passou por mais uma barreira em busca do hexa ao vencer a seleção do México nesta quarta-feira, 2, na partida das oitavas de final da Copa do Mundo na Rússia. Com dois gols, um de Neymar e o outro de Firmino, a seleção Canarinho garantiu a classificação e agora enfrentará a Bélgica nas quartas de final.

O jogo começou como os mexicanos partindo para cima do time brasileiro. O time de Osorio deu bastante trabalho a Fagner e Filipe Luís com os atacantes Vela e Chucky Lozano. Entretanto, o esquadrão defensivo brasileiro se manteve sólido em campo e o goleiro Alisson quase não viu perigo ao gol. Com a defesa firme, os atacantes da seleção foram dar trabalho para os defensores mexicanos. Logo aos quatro minutos, Neymar arriscou de longe e deu o cartão de visita ao goleiro Ochoa, que pulou no canto para fazer boa defesa. Aos vinte minutos, Neymar chega novamente em grande jogada para obrigar o goleiro mexicano voar e com a mão esquerda evitar o gol. Gabriel Jesus também perturbou o México, chegando ao ataque aos 32 minutos.

Na segunda etapa, o time verde e amarelo se impôs mais em campo. Logo aos dois minutos, Coutinho fez ótima jogada individual e mandou uma bomba e Ochoa novamente evitou o gol brasileiro. Minutos depois, Neymar pegou a bola fora da área, fez bela jogada dando um lindo toque de calcanhar para Willian. O meia foi ao fundo e cruzou para o próprio Neymar entrar de carrinho e abrir o placar para o desespero dos torcedores mexicanos, que durante toda etapa inicial gritavam olé, quando a bola estava em posse de sua seleção.

Em vantagem, o Brasil passou a trocar passes de forma mais tranquila e seguiu bem no ataque. Aos 13, Paulinho recebeu de Fagner e bateu de primeira, parando novamente no goleiro mexicano. Mas foi aos 42 minutos, quando o meia Fernandinho arrancou pelo centro do campo e passou para Neymar, que o camisa 10 invadiu a área e finalizou. Ochoa desviou para o pé de Roberto Firmino que apareceu na pequena área, marcou o gol e passou a régua na partida.

Novamente caçado em campo pelos adversários, Neymar superou as várias faltas sofridas e criou as condições para furar a defesa mexicana. O craque foi eleito o melhor jogador em campo na partida e também chegou à marca de 57 gols com a camisa da seleção brasileira. Com isso, passou a ser o quarto maior artilheiro da seleção, atrás apenas de Pelé, Ronaldo e Zico.

“Não quero que seja a Copa do Neymar, quero que seja a Copa do Brasil. O coletivo vem à frente do individual. Vim de meses sofridos por conta da lesão. Eu batalhei bastante para chegar aqui, uma demonstração de superação, de força de vontade, desejo de representar meu país, de ajudar meus companheiros”, disse, após o jogo.

Diferente das outras partidas, o atacante Willian também fez um grande jogo. Mais leve em campo, o ponta da seleção brasileira se movimentou com velocidade, explosão, habilidade, puxando contra-ataques para furar a defesa adversária. Willian parecia mais um foguete dentro de campo. “Feliz com a minha atuação, mas muito mais com a nossa vitória e atuação de toda a equipe, declarou Willian.

O volante Casemiro levou cartão amarelo e está suspenso da próxima partida. Ele era um dos três pendurados da equipe: Philippe Coutinho e Neymar chegaram para o jogo com um cartão no Mundial. Ao contrário da maioria dos torneios, em que um jogador só tem de cumprir suspensão automática ao levar três cartões amarelos, na Copa do Mundo o jogador tem de ficar de fora do próximo confronto de sua equipe ao ser advertido com cartão por duas vezes. A somatória só é zerada nas semifinais.

O Brasil enfrenta a Bélgica na próxima sexta-feira, às 15h, no horário de Brasília. A classificação dos belgas veio de virada, no fim da partida, por 3 a 2. O Japão chegou a abrir vantagem de 2 x 0 no início do segundo tempo, mas acabou não conseguindo manter o placar e cedeu 3 gols aos belgas, com o último gol aos 48 min do segundo tempo.

Bélgica desclassifica o Japão de virada aos 48' do segundo tempo

A classificação da Bélgica veio de virada, no fim da partida, por 3 a 2. O Japão surpreendeu os belgas na etapa inicial do segundo tempo, com dois gols em seis minutos, um do volante Haraguchi e outro golado do meia Inui. Desesperada, a seleção da Bélgica correu atrás do placar com jogadas aéreas.

Com dois gols de cabeça, um do o zagueiro Vertonghen, aos 23', e outro do volante Fellaini, aos 28', a seleção belga empatou o jogo. O meia campista japonês, Honda, quase desempatou aos 44', após uma cobrança de falta que o goleiro Cour-

tois espalmou para fora. O gol salvador dos belgas veio aos 48', quando o meia Chadli, aproveitou um contra-ataque puxado depois de um escanteio favorável ao Japão. O lateral belga Meunier cruzou para a área e deixou Chadli na medida para empurrar para o gol.

A Bélgica enfrenta o Brasil na próxima sexta-feira, às 15h, no horário de Brasília. Os dois times se enfrentaram apenas uma vez na história da competição, nas oitavas de final da edição de 2002. Nesta partida a seleção canarinho eliminou os belgas com dois gols, um de Rivaldo e o outro do Ronaldo fenômeno.



Inglêses ocupam Londres contra cortes no sistema público de saúde NHS

Milhares de pessoas comemoraram no último sábado, em Londres, o 70º aniversário do Serviço Nacional de Saúde (NHS) da Inglaterra e repudiaram os cortes no financiamento do governo no setor. De acordo com os manifestantes, que tomaram as ruas da capital, a queda no investimento tem provocado uma drástica baixa no número de trabalhadores de saúde da União Europeia. Conforme estudos, cerca de 4 mil enfermeiras e parteiras da Área Econômica Europeia deixaram a Inglaterra em 2017, com apenas 800 chegando.

Comandada pelos funcionários do serviço de saúde, a marcha foi acompanhada por destacadas lideranças políticas, trabalhadores e intelectuais, que condenam as políticas de “austeridade” e defendem os investimentos nas áreas sociais, em vez da ampliação dos gastos militares.

A marcha encerrou com um protesto na Praça do Parlamento, com o líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, se dirigindo à multidão. Segundo os trabalhistas, os sucessivos cortes realizados têm levado à escassez de pessoal, provocando longas filas e atrasos no tratamento. Para Thomas Hone, do Departamento de Atenção Primária e Saúde Pública do Imperial College de Londres, “é essencial manter o financiamento público” para a garantia do direito à saúde universal. “Um médico da família acompanha diretamente cada núcleo familiar. Nós também temos uma base de dados bem grande, com informações de saúde sobre cada família. A partir da atenção básica, nós conseguimos encaminhar para uma atenção secundária mais específica, quando necessário”, explica.

Mas, apesar de prejudicado pela política neoliberal dos sucessivos governos ingleses, destaca Hone, “a população apoia o sistema público”. “Por quê? Porque sabe que será atendida, não importa o montante financeiro que cada um tenha”, conclui.

Nicarágua: paramilitares atacam “Marcha das Flores” e assassinam dois manifestantes

O ataque de grupos paramilitares a manifestantes que se somaram à “Marcha das Flores”, convocada em memória dos mais de 280 mortos pelo governo de Daniel Ortega e Rosario Murillo, deixou ao menos dois mortos, inúmeros feridos e duas dezenas de presos no último domingo em Manágua. Esta foi a segunda vez em menos de 24 horas que um protesto cívico enfrenta elementos armados na capital nicaraguense.

A tarde, dezenas de pessoas se concentraram diante da penitenciária El Chipote denunciando a detenção ilegal de amigos e familiares por paramilitares em várias cidades do país, como Tipitapa, Sébaco e Nagarote.

Conforme Marcos

Carmona, diretor da Comissão Permanente de Direitos Humanos (CPDH), o governo “está executando uma verdadeira caça às bruxas” contra opositores. Ele acrescentou que os paramilitares têm uma lista de manifestantes, que são buscados em suas casas e entregues à polícia.

Para Gonzalo Carrión, diretor jurídico do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (Cenidh), só na cidade de Sébaco (ao norte) foram confirmadas a detenção de 19 pessoas. Carrión confirmou a morte de um jovem de 23 anos, vendedor de bandeiras, logo ao final da Marcha das Flores, e de um estudante de 20 anos, após o ataque à Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua.

Mercedes, do Coletivo de Nicaraguenses no Brasil.

“Daniel Ortega deteriorou-se e articulou com o somozismo”

Integrantes do Coletivo de Nicaraguenses no Brasil estiveram no domingo na Avenida Paulista para denunciar a agressão orteguista. Entre os presentes ao ato estava Maria Mercedes Salgado, que destacou que a palavra de ordem da Marcha das Flores foi “desarmar as forças paramilitares”.

Em declarações à Hora do Povo, Mercedes esclareceu o processo de deterioração de Ortega e seu grupo: “O primeiro momento visível foi em 1995 quando começou a ganhar corpo dentro da Frente Sandinista a visão de que valia abrir mão de algumas questões de princípio para atingir a institucionalidade, ou seja, chegar de novo ao governo. Neste período houve se afastaram o ex-vice-presidente, Sergio Ramirez, e a comandante guerrilheira Dora Maria Tellez.

“Esse processo se aprofundou em 1998 quando foi feito um acordo com Alemanha, antigo somozista, direitista, pelo qual foram divididos os cargos de governo. Nesta fase se afasta outra comandante, Mônica Baltodano e, dos 8 comandantes, somente três (incluindo Borges) permanecem nessa nova estrutura, alguns se afastaram da atividade política e outros passaram a atuar, entre outros, no Movimen-

to de Restauração Sandinista (MRS).

“A partir desse pacto aprofundou-se a deterioração. Surge uma política clientelista e de terceirização de atividades. Chegou-se até a terceirização da força militar e policial através de paramilitares contratados por 500 córdobas ao dia (cerca de 60 reais). Estes paramilitares são os que massacraram a população.

“O clientelismo arrebanha apoios em troca de bens de extrema necessidade. As pessoas vão a atos de apoio ao governo em troca de telhados de zinco.

“Houve um processo de desmobilização popular a partir deste pacto.

“Quanto à “explicação” de setores da esquerda ainda confusos com relação a Ortega de que o levante que agora acontece na Nicarágua foi articulado pelos Estados Unidos, isso não corresponde à realidade. Desde a rebelião quando uma reserva ecológica, a Indio-Maíz, pegou fogo e isso foi tratado com descaso, até a rebeldia estudantil, depois da dos idosos, quando se atacaram as leis de aposentadoria, todas foram manifestações espontâneas.

“O EUA não incomodaram o governo de Thomas Borge em nada. Já nas primeiras manifestações houve um massacre, mais de 20 mortes nos primeiros dias. A repressão não parou até hoje.

NATHANIEL BRAIA

Obrador arrasa o candidato das propinas da Odebrecht no México



“Não mentir, não roubar e não trair”, foi a consigna central da campanha vitoriosa



Da esquerda à direita, no círculo, Marcelo Odebrecht, o ex-presidente Felipe Calderón e Meade com os executivos da Braskem no México

Candidato governista derrotado foi peça-chave no assalto à Pemex

José Antonio Meade - o Lula do México - candidato presidencial do partido governista PRI, que foi ministro de Energia durante a presidência de Felipe Calderón e da Fazenda do atual governo Peña Nieto até 2017, conseguiu apenas o terceiro lugar com 16 milhões de votos a menos que AMLO.

ADVERTÊNCIAS

Como presidente da Administração da Pemex, José Antonio Meade ignorou as advertências de três conselheiros e foi peça chave no esquema armado para manipular um contrato de fornecimento de etano assinado entre a estatal Petróleos Mexicanos (Pemex) e o consórcio

entre a Braskem, controlada pela Odebrecht, e a mexicana Idesa em 2010.

PREJUÍZO

Desde o início, os termos desse contrato entre a Pemex e a Braskem-Idesa foram abrindo um buraco nas contas da petrolífera mexicana. O preço de venda de etano, com descontos da ordem dos 30%, mais os custos de transporte do gás, totalmente a cargo da Pemex, provocaram um prejuízo de mais de US\$ 98 milhões só nos dez primeiros meses da vigência do acordo, em 2016.

Em agosto de 2017, Santiago Nieto, então responsável pela Procuradoria Especializada para Delitos Eleitorais

(Fepade, na sigla em espanhol), decidiu investigar o financiamento da Odebrecht à campanha de Peña Nieto, através de Emilio Lozoya quando este assumiu o cargo de Diretor-Geral da Pemex.

Três meses depois, em 20 outubro de 2017, Santiago Nieto foi destituído. Razão oficial: “violação do código de conduta da Fepade” pelas declarações que o procurador deu ao jornal mexicano Reforma, nas quais acusou Lozoya de pressioná-lo para isentá-lo de qualquer culpa no processo relativo à Odebrecht.

Obrador, imediatamente, integrou Sandrino a direção de sua campanha.

O candidato do governo, envolvido no escândalo Pemex-Odebrecht, acabou em terceiro lugar na disputa presidencial vencida por López Obrador

Andrés Manuel López Obrador foi eleito presidente do México, neste domingo. Na capital, dezenas de milhares de simpatizantes da coalizão que o apoiou, Juntos Famosos História (Morena, Partido do Trabalho, Encontro Social), comemoraram nas ruas. “As políticas que foram aplicadas nos últimos 30 anos não funcionaram. Sequer tivemos crescimento econômico. O que cresceu foi a corrupção, a entrega do nosso patrimônio, a pobreza, o crime e a violência. Por isso, vamos mandar essas políticas à lixeira da história”, afirmou López Obrador, também conhecido pelas iniciais AMLO. E perguntado sobre o desastre em que está a principal empresa do país, frisou que “não vai ser fácil, porque os da máfia do poder têm se esmerado em destruir a Petróleos Mexicanos, Pemex, mas vamos recuperar a indústria petrolífera nacional”.

“Não mentir, não roubar e não trair” foi a consigna central da campanha que levou Obrador à vitória. Para demonstrar essa disposição integrou a sua campanha o ex-procurador eleitoral Santiago Nieto, no mês de maio. Santiago fora destituído pelo governo do presidente Enrique Peña Nieto no final de 2017, após revelar pressões do ex-diretor da Pemex, Emilio Lozoya, para declará-lo inocente em uma investigação dos subornos que Lozoya recebera da Odebrecht.

Aliás, o próprio candidato governista, Antonio Meade, foi peça-chave da trama que lesou a Pemex para beneficiar a Odebrecht (ver detalhes na matéria ao lado).

Segundo a apuração preliminar, divulgada pelo Instituto Nacional Eleitoral, até o fechamento desta edição, AMLO obteve 53% dos votos e governará a segunda maior economia da América Latina nos próximos 6 anos. Nas semanas prévias, com sua campanha crescendo e polarizando a política do mais populoso país de língua espanhola, sua vitória foi se desenhando.

Não foi preciso nem esperar pelos resultados oficiais. Poucas horas depois da divulgação das pesquisas de boca de urna, seus dois principais rivais, Ricardo Anaya do Par-

tido de Ação Nacional – PAN, com 22,5%, e José Antonio Meade do Partido Revolucionário Institucional – PRI, com 16,4%, reconheceram a derrota e parabenizaram o vencedor.

Além do presidente, nesta eleição, chamada a maior da história do país, foram votados 128 senadores, 500 deputados, 9 governadores estaduais, incluído o prefeito da capital, 928 deputados estaduais em 27 Assembleias regionais, e milhares de cargos locais. Cerca de 90 milhões de mexicanos tiveram direito a se pronunciar em um total de 150.000 urnas eleitorais. A participação foi de 63% do eleitorado.

Claudia Sheinbaum, do Movimento de Regeneração Nacional (Morena), partido de AMLO, se transformou neste domingo na primeira mulher eleita para a prefeitura da Cidade de México, segundo as pesquisas de boca de urna.

AMLO começou a fazer política no Partido Revolucionário Institucional (PRI) em 1988, integrou depois o Partido da Revolução Democrática (PRD), sendo eleito em 2000 prefeito da Cidade do México, cargo que desempenhou durante 5 anos. Em 2012, fundou o movimento Morena. Liderou a aliança com o Partido do Trabalho e com o Encontro Social e colocou abertamente a luta pela soberania e pela liberdade ante o vizinho norte-americano. “O México e seu povo não vão ser massa de manobra de nenhum governo estrangeiro”, assegurou AMLO, exigindo respeito do presidente estadunidense Donald Trump, que ameaçou colocar o exército americano na fronteira, eliminar um acordo comercial, reprimir os imigrantes e, para isso, levantar um muro entre ambos os países. “Reiteramos que os problemas sociais não se resolvem com muros nem com a militarização da fronteira, mas com desenvolvimento e bem-estar”, frisou. Trump não acusou recibo dessas afirmações e foi um dos primeiros a cumprimentar o novo presidente: “Felicitações a Andrés Manuel López Obrador por se transformar no próximo presidente do México”.

SUSANA SANTOS

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (13)

Continuação da página 8

No entanto, é exatamente à liquidação da ciência – e do conhecimento humano em geral – que conduz o discurso de Foucault e seus possuídos. Outra vez, é mais uma degeneração que uma regressão.

Para que existir ciência, se considerarmos que os fenômenos não têm causas ou que eles são imediatamente como se apresentam, com uma perfeita identidade entre sua aparência e sua essência?

Mas, se as coisas não têm causas, e se a sua essência é a sua aparência, o próprio pensamento racional torna-se dispensável.

Portanto, se isso fosse verdade, deixaria de existir a própria humanidade, o próprio conteúdo humano, pois o ser humano somente se constitui – somente se torna realmente humano – através do conhecimento e do desenvolvimento da sensibilidade legados pelo trabalho, pela prática, que, nos humanos, é sempre social, é sempre coletiva.

Se a reflexão sobre a prática deixa de existir – pois essa reflexão é sempre uma busca de causas e de essências por trás das aparências – a ação especificamente humana (a

“práxis”) deixa, também, de existir, portanto, é a **humanização do ser humano** que deixa de existir.

Poderia se concluir que essa é a origem do anti-humanismo de Foucault.

Pelo contrário: o anti-humanismo é, aqui, como em Nietzsche – herói de Foucault – a **causa** dessa abolição fantasmagórica da causa e da essência.

Obviamente, isso vai desaguar no niilismo ético e moral. A negação da práxis, do humano, necessariamente desemboca na negação da ética – não de uma ética específica, não de uma determinada ética de classe, mas **em uma negação da ética em geral**, necessária ao homem *social*, ao ser humano que vive em *sociedade* – e não existe outro modo de viver que seja viável ao ser humano – para que possa minimamente conviver com outros seres humanos:

“... um dos mais poderosos fatores que estão por trás do interesse atual por temáticas ligadas ao cotidiano, ao sexo, à família, às diferentes formas de infração às normas (variadas manifestações de ‘marginalidade’) é a falência dos sistemas éticos tradicionais, que se consumou mais claramente e de maneira mais inelutável nesta segunda

metade do século XX. (...) os pilares ideológicos em que, no mundo ocidental, assentavam-se os dois principais sistemas de valores éticos que definiam as formas adequadas, ou assim consideradas, do comportamento dos indivíduos para consigo mesmo, entre eles, e em relação à sociedade e à política – a ética cristã, por um lado, e a ética revolucionária (marxista), por outro, sofreram uma perda de credibilidade muito profunda; sem que, entretanto, fossem realmente substituídos por outros sistemas de referência. A crise resultante é facilmente constatável, hoje em dia, em todos os níveis do convívio social e em todos os países do Ocidente. O que não quer dizer, é óbvio, que no passado aqueles sistemas éticos de referência principais não fossem submetidos a ataques ou não fossem postos em dúvida: mas o grau de aceitação dos mesmos era forte o suficiente para que constituíssem pontos de referência de ampla aceitação” (Ciro Flamarion Cardoso, **op. cit.**, p. 109).

Sobre isso, o historiador brasileiro transcreve um trecho do francês Paul Veyne, um levita foucaultiano – um daqueles sujeitos que conseguiu ir do Partido Comunista até o grupo ultraracionário de Raymond

Aron, e, daí, para a capela de Foucault:

“... Paul Veyne tem razão ao constatar, por trás do projeto de Michel Foucault ou do interesse atual pelo cotidiano em todos os seus aspectos, a busca da formulação do que ele chama de uma moral pós-cristã, que ‘toma corpo a partir de 1968’. É notável, outrossim, que ele o diga de um modo transparente, que permite em parte entrever, no caso francês, o caráter reacionário, direitista, da corrente em que, a respeito, se insere o seu próprio trabalho:

A ideia de vida privada já estava evidenciada, até certo ponto, na conjuntura dos anos 1980, e isto por três razões: para começar, a desagregação da paixão pela política; também pelo cansaço que se sente diante de uma direita e de uma esquerda que se caracterizam pela pouca criatividade; e finalmente, por uma certa nostalgia de direita pela família no sentido de trabalho-família-pátria e de uma visão Orleanista que, concedendo maior importância aos notáveis do que às autoridades políticas, desejaria confiar aos primeiros o governo.

Mas a ideia de vida privada achou também o seu sentido nesta espécie de ‘pulsão’

de que Michel Foucault é o melhor representante, ideia que vai no sentido do descobrimento de uma moral. Para exprimi-lo com a força que merece, eu diria que vivemos pela primeira vez, há pouco tempo, uma ‘idade pós-cristã’. (...) *As pessoas buscam desesperadamente, não ter uma moral — que de fato praticam —, e sim, precisá-la em sua cabeça, formulá-la por si mesmas.*

O comentário de Ciro Flamarion Cardoso sobre essa profissão de fé foucaultiana é, a meu ver, ainda mais exato hoje do que quando ele o escreveu, há 30 anos:

“Duvido, porém, que seja justificado este seu sentimento de que uma nova moral já exista, no sentido de que já esteja sendo praticada: parece-me que o que as práticas revelam, hoje em dia, a esse nível, é uma tremenda perplexidade, a ausência de sistemas de referência, entre os destrócos ainda sobreviventes das éticas tradicionais e a ausência de uma ética nova claramente formulada (ou mais de uma). Pode um sistema ético não formulado de fato organizar com coerência os comportamentos?” (**idem**, pp. 109-110).

Continua na próxima edição



Agência Nacional de Segurança - EUA AT&T atua junto com NSA na espionagem ilegal e massiva

Estudo divulgado recentemente pelo site The Intercept revelou a intimidade da gigante das comunicações AT&T e a Agência Nacional de Segurança (NSA) dos Estados Unidos, corroborando para um processo de espionagem ilegal e massiva. Conforme a pesquisa, oito instalações da AT&T em Nova Iorque, Chicago, Atlanta, San Francisco, Los Angeles, Seattle, Washington D.C. e Dallas foram utilizadas pela NSA para servir “como parte crítica de um dos sistemas eletrônicos de espionagem mais poderosos do mundo”.

As novas revelações sobre a “relação especial” entre a AT&T e a NSA possibilitam uma visão mãos ampla do espectro físico da infraestrutura da espionagem, deixando claro que vai muito além do patamar de vigilância.

Os oito pontos identificados pelo The Intercept são diferentes de outras centenas de locais propriedade da AT&T nos EUA, em que primeiro se transportam e processam grandes quantidades de dados, não somente dos próprios clientes da companhia, mas também de outros provedores da internet. Como nem todos os operadores de internet têm a infraestrutura para enviar dados de maneira eficiente ou rentável, quando uma área fica congestionada o tráfego é redirecionado para outra banda com capacidade de sobra (a qual é alugada ou comprada).

Devido à sua posição, como uma das maiores companhias de telecomunicações dos EUA, a imensa rede da AT&T é usada com frequência por outros operadores para transportar os dados de seus clientes. Integram a lista das empresas que usam a infraestrutura da AT&T a Sprint e a Level 3, assim como gigantes estrangeiras como a sueca Telia, a indiana Tata Communications, a italiana Telecom Italia, e a alemã Deutsche Telekom. A transferência inicial de dados entre elas tem lugar via terceiros, porém logo grande parte deles, ou todos, é encaminhado por meio dos oito pontos principais, conhecidos como “peering sites” (locais de interconexões com outros provedores). E são essas instalações as que estão sendo postas a serviço do programa de vigilância da NSA.

Mark Klein, técnico que trabalhou na AT&T por mais de 22 anos, destacou que ter acesso ao “peering sites” permite à empresa ter um acesso mutíssimo maior aos dados, porque “pela natureza das suas conexões, são responsáveis por levar o tráfego de todo o mundo de um a outro ponto durante o dia, a semana e o ano”.

O tipo e a quantidade de dados que o controle destes pontos estratégicos permite à NSA são verdadeiramente assustadores, revela o estudo. O fato é que a maioria dos dados são transmitidos, de todas as partes do planeta, via a vasta rede de cabos submarinos de fibra ótica supervisionada pelos EUA, cujas companhias exercem seu predomínio. E esta “vantagem” que a NSA tem explorado de forma sistemática com o total apoio da AT&T.

Proposta de Medvedev de aumentar idade para a aposentadoria leva milhares a protestar na Rússia

Milhares de manifestantes tomaram as ruas de 39 cidades da Rússia no último domingo contra a proposta do governo do premiê Dmitry Medvedev de aumentar a idade da aposentadoria em cinco anos para os homens - de 60 para 65 anos - e em oito anos para as mulheres, de 55 para 63 anos. Caso a medida fosse aprovada, denunciaram, em regiões como a Sibéria - em que a expectativa de vida é de 55 anos - ou Tira, onde é de 64,4 anos - homens e mulheres morreriam sem sequer poder usufruir do direito. Em média, os homens russos vivem dez anos a menos do que as mulheres, 66,5 anos, enquanto as rusas geralmente vivem em torno de 77 anos.

Conforme o primeiro-ministro Medvedev, o objetivo é reduzir enormemente as transferências do orçamento federal para este importante benefício social até 2030, enxugando em 638 bilhões de rublos (10 bilhões de dólares), ou seja, diminuindo o investimento na área de 2,5% para 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Apesar de um começo tardio neste tema”, declarou Medvedev, o governo se propõe a introduzir um período de transição que inicie em 2019 “para aumentar, passo a passo, a idade de aposentadoria até os 65 anos para os homens em 2028, e até os 63 anos para as mulheres em 2034”.



Russos contra “reforma” da Previdência

700 cidades repudiam Trump por sequestros de crianças imigrantes



EUA defende imigrantes: “Mantenham as crianças, deportem os racistas!”

Família brasileira do Espírito Santo é separada ao tentar entrar nos EUA

O filho de nove anos e a filha de 15 do operário brasileiro Marcio Goulart do Nascimento e sua esposa, Eliane, continuam em abrigos em locais não identificados nos EUA, após o casal ter sido detido ao entrar no país no início do mês passado e ser detido pela guarda da fronteira. O total de crianças brasileiras separadas dos pais subiu para 58, segundo o Itamaraty, estando em 16 abrigos espalhados por Nova Iorque, Los Angeles, Chicago, Miami e Houston.

Nascimento se declarou culpado de entrada ilegal em audiência realizada no dia 15 em El Paso, Texas, mas pediu a compreensão do juiz, afirmando ter fugido com a família de Vitória, no Espírito Santo, com medo de ser morto por traficantes após ter denunciado um ponto de venda de drogas no bairro em que morava. O julgamento foi suspenso após Nascimento passar mal, sofrendo convulsão.

Eliane chegou a ficar presa, mas já foi liberada, conforme registrou o G1. A última

vez que os dois viram os filhos foi quando foram detidos a uma milha da Ponte Internacional de El Paso. Como relatou o advogado norte-americano Adolfo Lopez, que o representa no julgamento por ingresso ilegal, um agente da fronteira “observou o grupo andando no lado americano da estrada, fez a abordagem, questionou sobre os papéis de cidadania deles e todos declararam ser cidadãos brasileiros”.

Antes de passar mal, Nascimento, de 38 anos, disse ter sabido na véspera da audiência que a pessoa que os ajudara a fugir para os EUA havia sido morta pelos traficantes. “Por favor, me perdoe. Eu vim com toda a minha família porque não queria que morrêssemos”, reproduziu o Guardian.

Se Nascimento, ao invés de entrar ilegalmente, cruzasse no ponto oficial e tentasse pedir asilo, não ia conseguir senão ser deportado sumariamente sob a política de “tolerância zero” de Trump em vigor

desde maio. “As coisas estão muito malucas por aqui e eles não estão deixando as pessoas entrarem mais, não estão deixando atravessarem a ponte do México para os Estados Unidos”, disse Lopez. De acordo com o advogado, Nascimento tem conseguido se comunicar com a família e está aguardando a decisão do juiz.

Depois da indignação tanto interna quanto internacional com a separação de mais de 2 mil crianças de seus pais e as jaulas das ‘baby jails’, o governo Trump se viu forçado a recuar, passando, contra o bom senso e a lei internacional, a manter presas as crianças com os pais. Trump também pediu ao Pentágono para preparar campos de concentração para imigrantes em bases militares. No dia 27, um juiz federal da Califórnia deu prazo de 30 dias para que o governo devolvesse às famílias todas as duas mil crianças que permanecem separadas. Há crianças que continuam nos abrigos nos EUA, mas os pais já foram deportados.



Religiosos – padres, pastores e rabinos – protestaram e foram presos em LA EUA: Artistas, religiosos e centenas de populares são presos ao prestar solidariedade a imigrantes

No sábado, manifestantes do “Occupy ICE” (a sigla que qual atende a Gestapo da fronteira de Trump) foram detidos em McAllen, no Texas. Dois dias antes, manifestação em defesa das famílias imigrantes e das crianças apartadas de seus pais, que ocupou um prédio do Senado na capital, Washington, foi reprimida, com mais de 500 prisões, inclusive da

atriz Susan Sarandon. Na terça-feira, em Los Angeles, religiosos de várias crenças – padres, pastores e rabinos – foram às ruas rechaçar a desumana política de Trump e de Jeff Sessions. De mãos dadas, prestaram solidariedade aos refugiados e imigrantes, defenderam as crianças e as famílias, bloqueando o trânsito com um ‘sit-in’, sentados

no asfalto, e acabaram presos. Além da identificação com o sofrimento dos mais destituídos, o que mais indignou os religiosos foi a declaração do procurador-geral de Trump de que essa política de “zero de humanidade” estava de acordo “com a bíblia”.

E ainda quis justificar dizendo que agia de acordo “com a Bíblia”.

Cúpula Putin-Trump será dia 16 em Helsinque

A cúpula que reunirá os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e seu homólogo estadunidense, Donald Trump, será realizada no dia 16 de julho, na cidade de Helsinque, na Finlândia, conforme anúncio do Kremlin e da Casa Branca.

“No âmbito das negociações, planeja-se discutir o estado corrente e perspectivas do desenvolvimento das relações russo-estadunidenses, bem como as questões atuais da agenda internacional”, informou o Kremlin em nota de imprensa. Já para a Casa Branca, na reunião será dis-

cutida uma série de questões, a exemplo da segurança nacional, assim como as relações bilaterais.

Para preparar o encontro, a Rússia recebeu na semana passada o conselheiro de segurança nacional dos EUA, John Bolton. Bolton chegou a se reunir com Putin e também com o chanceler russo, Sergei Lavrov. Pouco depois das conversações, o assessor da presidência, Yuri Ushakov, anunciou que a cúpula seria realizada.

Ainda sobre o conteúdo do encontro, Lavrov recha-

çou a campanha de desinformação sobre a possibilidade do governo russo fazer de Edward Snowden moeda de troca durante a cúpula de Helsinque. Para ele, a Rússia vê Snowden como “mestre de seu próprio destino”. Ainda nesse sentido, acerca de outra polemica, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afastou qualquer possibilidade de discussões acerca da península da Crimeia. “O presidente russo afirmou repetidamente que a Crimeia não está na agenda, a Crimeia é parte integrante da Rússia”.

De costa a costa, norte-americanos foram às ruas no sábado (30) condenar a desumana política da Casa Branca, que prende imigrantes em massa e separa suas famílias pelo sequestro de seus filhos

As bradas de “vergonha!” e “onde estão as crianças?”, centenas de milhares de pessoas repudiaram no sábado (30) nos EUA, em 700 cidades de costa a costa, a desumana e xenófoba política do regime Trump de encarceramento em massa de imigrantes indocumentados e refugiados, separação forçada das crianças de seus pais para enfiá-las em jaulas, instalação de campos de concentração para imigrantes em quartéis e deportação sumária de hispânicos.

Rechaçada prontamente no mundo inteiro, a crueldade cinicamente denominada pela Casa Branca de “política de tolerância zero” foi com toda justiça descrita pelos organizadores da manifestação como “política de humanidade zero”. Ou, na versão mais direta, expressa em um dos muitos cartazes, feitos à própria mão pelos manifestantes: “deixem ficar as crianças e deportem os racistas”. A Marcha “Famílias Devem Ficar Juntas” foi organizada pela União Americana de Liberdades Civis, pela MoveOn e mais dezenas de entidades.

Arrancar 2 mil crianças de seus pais – o que é isso, senão sequestro? Como se deporta uma hondurenha humilde, que sequer pode se despedir, e seu filho lhe é subtraído, roubado, tornado órfão de mãe viva? “Este protesto é para salvar a alma da América”, disse a cantora Alicia Keys. Foi o que levou tanta gente – famílias inteiras, artistas, personalidades, dirigentes sindicais, intelectuais, estudantes, parlamentares – a marchar em 50 estados.

Os protestos também rechaçaram o remendo anunciado por Trump para parar de separar as famílias – que é manter as crianças presas junto com a família – e demonstraram à Suprema Corte que sua decisão (por 5 a 4) de abençoar a proibição de entrada de pessoas de cinco países muçulmanos é torpe e hipócrita. Muitos manifestantes usavam camisetas com os dizeres “eu me importo. Você, não?” – numa referência à estranha exibição de moda da primeira dama ao visitar um abrigo no Texas.

30 mil pessoas participaram na capital, Washington, marchando da Praça Lafayette, em frente à Casa Branca, até o Capitólio. Acompanhado pela multidão, o ator, cantor e compositor de origem porto-riquenha, Lin-Manuel Miranda, autor e estrela do musical “Hamilton”, cantou à capela “Dear Theodosia”, um ode aos filhos de um dos pais fundadores dos Estados Unidos, Alexander Hamilton. “Estes pais não podem cantar canções de ninar para seus filhos, então vou cantar uma canção de ninar que escrevi”, disse Miranda.

Em Nova Iorque, os manifestantes se concentraram na Praça Foley, ao sul de Manhattan, percorreram a Ponte do Brooklyn e encerraram na Praça Cadman, junto de um tribunal federal. Em San Francisco, a cantora Joan Baez participou do protesto. Em Chicago, na Praça Daley, a multidão gritou:

“Si, se puede!”. Em Boston, a senadora Elizabeth Warren, no ato na Praça da Prefeitura, relatou que mães imigrantes, que tinham sido separadas de seus filhos, lhe disseram que “à noite elas podiam acreditar que ainda podiam ouvi-los chorar. Isso não é sobre política, é sobre seres humanos”.

Em Denver, os manifestantes usavam aquela manta aluminizada que é distribuída às crianças nas jaulas de Trump. Em Atlanta, as pessoas levavam gaiolas com bonecas dentro e em Houston a multidão gritava: “não às baby jails”. Em Dallas, centenas de manifestantes exigiram “um plano claro” para reunificar as famílias. Em Indianápolis, milhares protestaram em frente à sede do governo no estado natal do vice Mike Pence. Em Los Angeles, o cantor John Legend se apresentou. Sob um calor escaldante, atos também em Nova Orleans, Newark, Tampa, Atlanta, Troy, Portland, Raleigh, Albuquerque, Salt Lake City, Detroit, El Paso, Burlington, Louisville e Berkeley.

Multidões também repeliaram a “Gestapo da fronteira” de Trump, a assim chamada Agência de Alfândega e Imigração (ICE, na sigla em inglês), que não passa de uma tropa de deportação, exigindo que seja abolida imediatamente. Em vários estados, desencadeou-se o movimento “Occupy ICE”. Protestos também diante dos centros de detenção de imigrantes, como o que ficou tristemente famoso em McAllen, no Texas. E mais cartazes: “Nenhum humano é ilegal” e “sem jaulas, sem muro, sem proibição”.

FORA DA LEI

Além de Trump, também seu procurador-geral (‘ministro’ da Justiça) Jeff Sessions foi particularmente execrado pelos manifestantes. Foi ele que em maio oficializou a política de imputar criminalmente qualquer um que entre sem documentos nos EUA, apesar de não ser crime pela lei internacional.

Toda essa brutalidade do regime Trump é parte também da chantagem para aprovar o quanto antes o financiamento para o muro. Foram as guerras sujas dos EUA na América Central que criaram o exodo até o norte. Depois, os chefes de esquadrões da morte a soldo de Washington viraram chefes das “maras” [gangues] de agora, cuja violência segue expulsando milhares e mais milhares. Também foi Washington que impôs o neoliberalismo, que empurra outros tantos.

Nos protestos de Washington, uma menina de 12 anos, Leah, filha de imigrantes indocumentados, deu seu testemunho sobre viver com medo de “perder minha mãe para a deportação”. “Não consigo dormir, não posso estudar. Eu tenho medo que eles levem minha mãe embora enquanto ela está no trabalho, dirigindo ou em casa. Eu não entendo porque este governo não apoia as mães que apenas querem uma vida melhor para seus filhos”.

ANTONIO PIMENTA

Candidato dos EUA a presidir agência da ONU para Migrações é derrotado pela primeira vez em mais de 50 anos

Pela primeira vez em cinquenta anos, a Organização Internacional para as Migrações da ONU não terá um presidente indicado pelos EUA, cujo nome apresentado pelo governo Trump foi eliminado em votação secreta que deu a vitória ao português Antonio Vitorino, correligionário de Antonio Guterres, que antes de ser secretário-geral da ONU foi chefe da Acnur (refugiados).

Pesou contra o indicado de Trump, Ken Isaacs, além do desgaste natural por ser bancado por um governo xenófobo e sequestrador de crianças

no momento em que essa é uma das principais questões em discussão no mundo, suas próprias declarações ofensivas aos muçulmanos, manifestadas repetidamente pelas redes sociais.

Segundo o racista, o Alcorão “prega a violência” e os cristãos deveriam ter “tratamento preferencial” em relação aos muçulmanos. Quando esses preconceitos vieram a público, Isaacs deletou as barbaridades, mas o estrago já estava feito e o mundo fica livre de ter um vampiro cuidando do banco de sangue.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (13)

Não há surpresa na adesão de Foucault ao neoliberalismo – pode-se mesmo dizer, do ponto de vista puramente ideológico, que o discurso foucaultiano é uma embalagem “filosófica” do neoliberalismo

CARLOS LOPES

Em outro trabalho, registramos como o discurso de Foucault (pois, nesse caso, é difícil falar em “obra”), quando apareceu no Brasil, era tratado como pertencente ao campo da “esquerda”. Por mais que essa expressão seja imprecisa – ou, até, signifique pouco para a maioria das pessoas –, seu sentido, nesse caso, era claro: esse discurso era identificado como portador de um conteúdo progressista.

Por mais que houvesse dúvidas a respeito (por exemplo, em relação à teoria exposta em “**As Palavras e as Coisas**”, onde as configurações ideológicas – “*epistemes*”, na expressão de Foucault – se sucedem sem que haja ligação – explicação de mudança – entre uma e outra; ou em relação à sua abordagem em “**História da Loucura na Idade Clássica**”, onde a doença mental é criada pelo conceito de doença mental de Pinel e outros pensadores iluministas), essa falsa localização ideológica da obra de Foucault permaneceu durante anos – ainda que, muitas vezes, como uma espécie de sombra, dessas que contornam algumas letras em um anúncio publicitário (para essas questões, v. nosso trabalho “O manicômio antimanicomial e o espírito de Juliano Moreira”).

Poderia se pensar que tal equívoco se deu, no Brasil, devido à existência de uma ditadura sobre o país, no período 1964-1985.

Mas não é verdade. Primeiro, porque isso aconteceu em outros países do mundo – inclusive em sua origem, na França.

Segundo, porque a ditadura nunca impediu alguém de pensar. E não houve restrição alguma a que Foucault fizesse o seu discurso, em várias conferências no Brasil – sob a ditadura. Talvez, se ele fosse marxista... Lembro bem de uma dessas conferências, diante de uma plateia embasbacada, em que Foucault disse o que quis e entendeu que deveria dizer – e seu assunto era o sistema prisional, o discurso de um livro que acabara de lançar: “**Vigiar e Punir: nascimento da prisão**”.

Foucault, aliás, se adaptou muito bem à ditadura – que, por sua vez, sabia melhor do que a intelectualidade que se extasiava com o seu discurso, quem ele era, como mostram os relatórios do SNI sobre suas visitas ao Brasil, onde se insiste que ele “**pertence à corrente anti-marxista**”, “**não é comunista**”, etc. (cf. o artigo de uma foucaultiana, que estranha esses relatórios do SNI que sempre “inocentam” Foucault: Heliana de Barros Conde Rodrigues, “*Um Foucault desconhecido? Viagem ao Norte-Nordeste brasileiro em tempos (ainda) sombrios*”, **História Oral**, v. 15, nº 2, jul.-dez. 2012, pp. 152-153).

Alguns idólatras – não há como usar outra palavra – de Foucault, inclusive a que acabamos de citar, levantaram, posteriormente, que ele suspendeu seu curso na USP, após o assassinato de Vladimir Herzog, como prova de



sua não-compactuação com a ditadura, em suas viagens ao Brasil.

Não foi uma grande façanha. Até o general Geisel, que era presidente, ficou incomodado com o assassinato de Herzog (a instauração do inquérito sobre esse crime foi uma decisão de Geisel, **contra** o então ministro do Exército, Sílvio Frota, e o comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Mello).

Além disso, após o assassinato de Herzog, a USP entrou em greve – o que fazia difícil a continuação do curso de Foucault. Este, por sinal, esteve no Brasil por mais 18 dias após o assassinato de Herzog, proferindo conferências e dando entrevistas, sem que fosse incomodado.

SEM ESTRUTURAS

O que mais chama atenção, externamente, nos adeptos de Foucault, é que eles constituem uma religião – mais propriamente, uma seita das mais fanáticas, ou, para usar um termo mais à moda, das mais fundamentalistas.

Não existe discussão possível com os foucaultianos, sobretudo porque seu discurso é arbitrário, não depende de qualquer teste de realidade, ou seja, de provas, exceto alguma coisa ou outra pinçada para, supostamente, confirmar sua crença – seu discurso apriorístico.

Nessa religião, qualquer coisa em relação a Foucault não pode ser questionada – sob o risco de provocar ataques histéricos, fúrores e descarregos furibundos.

Que esse culto tenha tomado os departamentos de “humanas” das universidades, a começar pela Sorbonne, é uma característica específica de uma época em que o capitalismo monopolista nada tem a oferecer, senão mediocridade, miséria e misticismo de baixa qualidade.

Logo, não há surpresa na adesão de Foucault ao neoliberalismo – pode-se mesmo dizer, do ponto de vista puramente ideológico, que o discurso foucaultiano é uma embalagem “filosófica” do neoliberalismo.

Com certeza, do ponto de vista histórico, o discurso de Foucault não foi uma construção, desde o início, dentro do neoliberalismo. Mas as premissas sociais e econômicas de um e de outro são as mesmas – daí sua confusão final – assim como sua amoralidade.

(Sobre a adesão de Foucault ao neoliberalismo, cf. **Michel Foucault, Naissance de la Biopolitique – Cours au Collège de France 1978-1979**, Seuil/Gallimard, 2004, p. 224 e segs; essas aulas não são notáveis apenas pelo nauseante servilismo em relação



A libertação de Paris da ocupação nazista (foto: Frank Scherschel/LIFE)

ao establishment **norte-americano**; são, também, notáveis pela ignorância que o autor revela sobre a história do imperialismo, com seu “método” de pinçar apenas o que interessa ao seu discurso – e, sistematicamente, deformando o objeto desse pinçamento.)

Como esse discurso foi considerado “de esquerda”, não apenas aqui, é, precisamente, o nosso tema.

Mas é forçoso – e justo – reconhecer que nem todos se enganaram com o discurso de Foucault.

Por exemplo, escreveu um historiador brasileiro:

“... o ‘*estruturalismo sem estruturas*’ (expressão de Piaget para referir-se a Foucault) ... é uma corrente idealista altamente reacionária, resultante do exagero extremo de elementos já presentes em Lévi-Strauss, Althusser ou Lacan. O sistema de Foucault, seu ‘método arqueológico’, são simplesmente mais uma tentativa de negar certos princípios básicos, não somente do marxismo, mas de qualquer visão racionalista da História e da sociedade: totalidade do sócio-histórico, cognoscibilidade desta totalidade, humanismo” (cf. **Ciro Flamarion Cardoso, Ensaios Racionalistas, Campus**, 1988, p. 79).

Quando publicamos, em 2016, o trabalho que citamos acima, não havíamos lido, ainda, o livro de **Ciro Flamarion Cardoso**, apesar de publicado em 1988 – 25 anos antes do falecimento do historiador, em 2013. Porém, a análise da “teoria da história” (ou coisa parecida) de Foucault é, como seria inevitável, basicamente a mesma. Diz **Ciro Flamarion Cardoso**:

“No centro das concepções do Autor (...) está a noção de *epistemes* (campos epistemológicos) que se sucedem no tempo, as quais constituem configurações que, segundo Foucault, mais do que uma história do saber, constituem sua ‘arqueologia’. A ‘*episteme*’ do Renascimento baseava o saber na semelhança entre as palavras e as coisas; a dos séculos XVII e XVIII dava ênfase à teoria da representação, à classificação generalizada, garantida pela linguagem ou discurso; o século XIX caracterizava-se por ser a fase do ingresso do homem no campo do saber ocidental, numa posição ambígua (como sujeito e como objeto concomitantemente); e a *episteme* atual, basicamente anti-anropológica e anti-humanista, é ‘forma-

lista’. Nesta perspectiva, os códigos e mensagens de todo tipo que têm vigência em cada época dependeriam da respectiva *episteme*, que os organizaria na sua totalidade.

“Para o Autor, cada período admite uma única *episteme*. Disto resulta, em seus escritos, um notável trabalho de simplificação, mas também de falsificação e desfiguração de muitas correntes intelectuais (além do que se permite ignorar outras), no intuito de preservar a aparente homogeneidade de algo que é na verdade profundamente heterogêneo, contraditório, conflitivo, estruturado em múltiplos níveis.

“Um segundo problema consiste em saber como se passa de uma *episteme* para a seguinte. Sendo a História, para Foucault, mera ‘doxologia’ (isto é, uma ‘opinião’ desprovida de base científica), não se pode esperar explicar a sucessão das *epistemes* partindo de suas relações com os diversos níveis do social, com a práxis concreta dos homens; nem partindo de desenvolvimentos anteriores.

“De fato, os estádios do intelecto, segundo Foucault, para imitar uma expressão de Sartre, se sucedem como numa projeção de diapositivos, e não como num filme de cinema. Ele registra a sucessão de ‘momentos’ imóveis da organização dos códigos sociais, do saber: mas se lhe pedíssemos para explicar por que se sucedem as *epistemes*, a única resposta possível seria que a mutação é um ‘acontecimento um tanto enigmático’, um ‘acontecimento subterrâneo’. Tem de ser, sem dúvida, já que foram jogados pela janela todos os elementos de uma possível explicação...” (Ciro Flamarion Cardoso, **op. cit.**, p. 79; no original, este trecho, assim como a citação mais abaixo, pertencem ao mesmo parágrafo; aqui, dividimos em quatro parágrafos, para facilitar a compreensão, sobretudo considerando a publicação em jornal).

“Mutação epistemológica” é como Foucault chama a passagem misteriosa de uma *episteme* (configuração ideológica) para outra. O recurso ao termo “mutação”, expõe a falta de explicação para essa passagem de uma configuração para outra.

Aqui, o historiador acrescenta um exemplo bastante importante, porque se trata de uma conduta que é reiterativa, nos foucaultianos:

“... esta atitude é seguida fielmente pelos discípulos de Foucault: as muitas obras já existentes de ‘História da sexualidade’ constataam muito mais do que explicam. E Paul Veyne, numa entrevista acerca de uma coleção que está sendo publicada, da qual dirigiu a parte relativa à Antiguidade, respondeu assim à pergunta sobre quais relações existiriam entre tal coleção e a História das Mentalidades (eu sublinho):

“*Se por História das Mentalidades entendermos uma História que deixou de tratar os problemas em termos de infra e superestrutura, então se trata de uma História das Mentalidades. Na medida em que se deixa de explicar tudo, é História das mentalidades — tudo é arbítrio histórico*”.” (idem, pp. 79-80, grifo no original).

MICRO

Foucault e seus acólitos não estão interessados em **explicar** nada – nem em **compreender**. Não querem investigar as causas (“explicação”) seja lá do que for, ou em inserir determinado acontecimento em uma cadeia de relações reais, ainda que sem explicação causal (“compreensão”).

Seu negócio (bastante rentável) é comprazer-se com o próprio discurso, conformista e reacionário – voltado, em especial, contra a tradição iluminista, não somente a do século XVIII, mas contra os seus maiores expoentes posteriores, Karl Marx e Sigmund Freud.

Quanto à sua “micro-contestação” (uma “microfísica do poder”, para usar o título de um livro de entrevistas de Foucault, só pode redundar, no máximo, em uma “micro-contestação”), ela é inteiramente absorvível pelo neoliberalismo vigente, até porque está voltada, no final das contas, contra o que é público (por exemplo, no Brasil, os neoliberais que estavam no poder – Fernando Henrique et caterva – ficaram muito satisfeitos em deixar de gastar dinheiro com a área de saúde mental; um projeto, por sinal, oriundo do PT).

Aliás, esse livro de entrevistas (“**Microfísica do Poder**”) é altamente revelador, não somente do anticomunismo de Foucault, mas da forma como ele apresenta seu reacionarismo sob uma embalagem “de esquerda”. Por exemplo:

“... me parece que, entre todas as condições que se deve reunir **para não reco-**

meçar a experiência soviética, para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o **poder não está localizado no aparelho de Estado** e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (grifos nossos).

Ou seja, a condição para “que o processo revolucionário não seja interrompido” é ignorar o próprio centro de qualquer revolução: o Estado. Porque “o poder não está localizado no aparelho de Estado”.

A consequência, evidentemente, é abandonar qualquer luta real pelo poder e deixar o Estado para as classes reacionárias – de preferência, para os monopolistas financeiros. Enquanto isso, os “revolucionários” ocupam seu tempo lutando “contra o poder” na escola, na medicina, na família, etc.

Portanto, a condição para ser revolucionário é desistir da revolução.

A ojeriza à “experiência soviética” é, na verdade, uma ojeriza à revolução em geral – e a qualquer mudança que não seja cosmética, pois qualquer mudança real e importante, implica, hoje mais que nunca, na ação do Estado.

A “micro-contestação” que passa ao largo do Estado – ou seja, do problema da revolução (alguns outros pós-modernos, como Baudrillard, chegaram à conclusão que a revolução, nos dias de hoje, tornou-se impossível; Foucault, porém, é mais tortuoso) – é a mãe da “pauta identitária” de certos ramos da pseudo-esquerda: basta ser a favor da liberação das drogas, do homossexualismo (e outras “orientações sexuais” diferentes do heterossexualismo) e do aborto, para ser de “esquerda”.

Naturalmente, essa pauta em nada se choca com a do imperialismo – ou, por exemplo, com a pauta das novelas da Globo.

CONHECIMENTO

Porém, vejamos a questão do ponto de vista, como se diz, epistemológico (ou seja, do ponto de vista da teoria do conhecimento).

Alguns anos atrás, em uma exposição que fazíamos sobre a “**Psicopatologia Geral**”, de Karl Jaspers – uma obra clássica da psiquiatria, publicada em 1910 pelo futuro filósofo, que seria, na Alemanha, o opositor de Heidegger, quando este aderiu ao nazismo – houve a contestação de um foucaultiano, desses que possuem mestrado e doutorado em uma prestigiosa universidade paulista, com extensão na França.

Ele contestava duas coisas: 1) a existência de causas para os fenômenos; 2) que existisse a distinção entre aparência e essência.

A primeira dessas supostas polêmicas foi encerrada na segunda metade do século XVIII, na réplica de Kant a Hume.

A segunda, exceto alguns excêntricos ou habitantes do submundo dos espíritos decaídos, nem chegou a existir no mundo moderno, pois:

“... toda ciência seria **superflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas**” (Karl Marx, **O Capital, Livro 3**, trad. Reginaldo Sant’Anna, ed. Civ. Bras., vol. 6, p. 939).
Continua na página 6